



30 de Junho de 2012

Demonstrações Contábeis
Completas em IFRS



Itaú Unibanco Holding S.A.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2012, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 06 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Disponibilidades	3	13.614	10.668
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	73.909	98.053
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	24.881	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	5	97.645	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6a	125.612	121.889
Dados em Garantia		13.665	12.142
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		111.947	109.747
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6b	209	186
Derivativos	7 e 8	11.197	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	60.799	47.510
Dados em Garantia		11.708	8.455
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		49.091	39.055
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	3.116	3.105
Dados em Garantia		44	230
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		3.072	2.875
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	332.480	322.391
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		357.692	346.264
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(25.212)	(23.873)
Outros Ativos Financeiros	19a	41.266	40.254
Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	3.193	2.544
Imobilizado, Líquido	14	5.347	5.358
Ativos Intangíveis, Líquido	15	4.283	3.825
Ativos Fiscais		27.456	26.088
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.459	2.857
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	26b	24.417	22.745
Outros		580	486
Bens Destinados a Venda		93	85
Outros Ativos	19a	7.983	7.357
TOTAL DO ATIVO		833.083	818.136

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/06/2012	31/12/2011
Depósitos	16	234.975	242.636
Captações no Mercado Aberto	18a	183.747	185.413
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	17	629	2.815
Derivativos	7 e 8	9.178	6.747
Recursos de Mercados Interbancários	18a	94.678	90.498
Recursos de Mercados Institucionais	18b	58.548	54.807
Outros Passivos Financeiros	19b	45.247	44.119
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	79.681	70.904
Passivos de Planos de Capitalização		2.872	2.838
Provisões	31	16.957	15.990
Obrigações Fiscais		6.099	7.408
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.729	1.872
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b II	3.299	4.319
Outras		1.071	1.217
Outros Passivos	19b	21.578	18.625
Total do Passivo		754.189	742.800
Capital Social	20a	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	20a	(1.545)	(1.663)
Capital Adicional Integralizado		814	738
Reservas Integralizadas	20d	26.613	24.279
Reservas a Integralizar		6.293	5.561
Resultado Abrangente Acumulado		700	26
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		77.875	73.941
Participações de Acionistas não Controladores		1.019	1.395
Total do Patrimônio Líquido		78.894	75.336
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		833.083	818.136

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Fintos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações de lucro por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Produto Bancário		19.241	18.879	40.077	37.160
Receita de Juros e Rendimentos	22a	23.529	24.148	49.878	46.742
Despesa de Juros e Rendimentos	22b	(12.707)	(12.046)	(26.090)	(23.048)
Receita de Dividendos		137	130	201	202
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	22c	(662)	(321)	388	(30)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		2.541	543	3.010	962
Receita de Prestação de Serviços	23	4.739	4.834	9.401	9.162
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.474	1.299	2.948	2.556
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29b III	6.209	4.374	11.407	8.454
Resseguros de Prêmios	29b III	(367)	(206)	(592)	(417)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(4.496)	(2.987)	(8.118)	(5.715)
Receita de Operações de Capitalização		128	118	251	234
Outras Receitas	24	190	292	341	614
Perdas com Créditos e Sinistros		(5.398)	(4.548)	(10.732)	(7.858)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(6.012)	(5.525)	(12.075)	(9.635)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.126	1.382	2.319	2.581
Despesas com Sinistros		(877)	(544)	(1.447)	(1.147)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		365	139	471	343
Margem Operacional		13.843	14.331	29.345	29.302
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(10.469)	(9.902)	(20.638)	(19.498)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(9.473)	(8.580)	(18.393)	(17.203)
Despesas Tributárias		(1.028)	(1.126)	(2.237)	(2.164)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	12	32	(196)	(8)	(131)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	26	3.374	4.429	8.707	9.804
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.045)	(1.760)	(4.813)	(3.871)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.999	835	2.913	1.200
LUCRO LÍQUIDO		3.328	3.504	6.807	7.133
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	27	3.122	3.322	6.407	6.795
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		206	182	400	338
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO					
Ordinárias		0,69	0,73	1,42	1,50
Preferenciais		0,69	0,73	1,42	1,50
LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO	27				
Ordinárias		0,69	0,73	1,41	1,49
Preferenciais		0,69	0,73	1,41	1,49
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA	27				
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.273	2.289.284.300	2.289.284.273
Preferenciais		2.229.512.155	2.250.828.771	2.228.656.410	2.254.395.359
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUÍDA	27				
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.273	2.289.284.300	2.289.284.273
Preferenciais		2.253.952.133	2.263.480.854	2.252.569.484	2.266.032.374

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido		3.328	3.504	6.807	7.133
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		237	10	403	(247)
Variação de Valor Justo		617	137	1.092	(108)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	9	(172)	(120)	(389)	(304)
Efeito Fiscal	17	(208)	(7)	(300)	165
Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	8	(327)	133	(441)	146
Variação de Valor Justo		(545)	222	(724)	244
Efeito Fiscal		218	(89)	283	(98)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		326	(105)	299	(51)
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		336	(77)	413	(60)
Total do Resultado Abrangente		3.900	3.465	7.481	6.921
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		206	182	400	338
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		3.694	3.283	7.081	6.583

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 20 e 21)
 Períodos findos em 30 de junho de 2012 e de 2011
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores		Total Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores
Saldo em 01/01/2011	45.000	(628)	490	16.904	3.615	-	775	(274)	(7)	65.875	1.677	67.552
Transações com os Acionistas	-	(419)	96	-	-	(1.554)	-	-	-	(1.877)	(329)	(2.206)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(419)	96	-	-	-	-	-	-	(323)	-	(323)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	139	16	-	-	-	-	-	-	155	-	155
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(558)	-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	(558)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80	-	80
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	-	-	(1.554)	-	-	-	(1.554)	(328)	(1.882)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2011 - Exercício 2010 - Reserva Estatutária	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Outros	-	-	-	-	(64)	-	-	-	-	(64)	(222)	(286)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.795	(307)	(51)	146	6.583	338	6.921
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.795	-	-	-	6.795	338	7.133
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(307)	(51)	146	(212)	-	(212)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	288	-	(288)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	3.928	1.025	(4.953)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2011	45.000	(1.047)	586	19.812	4.576	-	468	(325)	139	69.209	1.464	70.673
Mutação do Período	-	(419)	96	2.908	961	-	(307)	(51)	146	3.334	(213)	3.121
Saldo em 01/01/2012	45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Transações com os Acionistas	-	118	76	171	-	(1.633)	-	-	-	(1.268)	(378)	(1.646)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	118	76	-	-	-	-	-	-	194	-	194
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	217	(23)	-	-	-	-	-	-	194	-	194
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(99)	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	99	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b) - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	171	-	(1.633)	-	-	-	(1.462)	(376)	(1.838)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2012 - Exercício 2011 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.847)	-	-	-	-	-	(1.847)	-	(1.847)
Outros	-	-	-	-	(32)	-	-	-	-	(32)	(398)	(430)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.407	816	299	(441)	7.081	400	7.481
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.407	-	-	-	6.407	400	6.807
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	816	299	(441)	674	-	674
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	274	-	(274)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	3.736	764	(4.500)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2012	45.000	(1.545)	814	26.613	6.293	-	1.176	417	(893)	77.875	1.019	78.894
Mutação do Período	-	118	76	2.334	732	-	816	299	(441)	3.934	(376)	3.558

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em

(Em milhões de reais)

	NOTA	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		10.932	12.740	24.193	22.762
Lucro Líquido		3.328	3.504	6.807	7.133
Ajustes ao Lucro Líquido:		7.604	9.236	17.386	15.629
Opções de Outorgas Reconhecidas	21d	56	46	99	80
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(960)	211	(381)	228
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	6.012	5.525	12.075	9.635
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		1.533	764	2.415	1.521
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		54	32	80	65
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		4.496	2.987	8.118	5.715
Resultado de Operações de Capitalização		(128)	233	(251)	(219)
Depreciações e Amortizações	14 e 15	575	545	1.088	1.068
Tributos Diferidos		(1.999)	(835)	(2.913)	(1.200)
Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas		(32)	196	8	131
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(172)	(120)	(389)	(304)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.898)	(246)	(2.563)	(853)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(170)	(72)	(240)	(184)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 e 25	(10)	(34)	(12)	(32)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 e 25	321	-	325	-
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 e 25	(2)	(33)	3	(21)
(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis		-	(1)	-	(1)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	14 e 15	(6)	16	(6)	16
Outros		(66)	22	(70)	(16)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES (*)		(22.734)	(21.338)	8.917	(42.934)
(Aumento) Redução em Ativos		(14.246)	(28.043)	14.839	(61.978)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		133	(5.920)	(1.598)	(5.561)
Aplicações no Mercado Aberto		4.971	4.843	15.295	(24.840)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		1.816	(1.001)	24.248	(6.072)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(5.529)	(6.926)	(3.712)	(399)
Derivativos (Ativos/Passivos)		(718)	(237)	(5)	(704)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(20)	(49)	(23)	102
Operações de Crédito		(12.809)	(17.385)	(20.468)	(30.405)
Outros Ativos Financeiros		(2.771)	(1.543)	(921)	3.004
Outros Ativos Fiscais		(31)	456	1.568	2.590
Outros Ativos		712	(281)	455	307
(Redução) Aumento em Passivos		(8.488)	6.705	(5.922)	19.044
Depósitos		1.905	5.386	(9.429)	6.930
Captações no Mercado Aberto		(16.081)	(8.879)	(1.694)	(1.768)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(107)	(92)	(2.186)	(608)
Recursos de Mercados Interbancários		4.679	4.749	3.986	10.794
Outros Passivos Financeiros		2.288	3.237	1.042	(3.870)
Provisão de Seguros e Previdência		211	31	659	200
Passivos de Planos de Capitalização		144	(161)	285	383
Provisões		(344)	215	467	285
Aumento em Obrigações Fiscais		1.869	(3.143)	3.225	(3.257)
Outros Passivos		(1.999)	5.855	2.241	12.123
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.053)	(493)	(4.518)	(2.168)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(11.802)	(8.598)	33.110	(20.172)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		(15)	(4)	7	15
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		3.356	17.468	10.904	22.179
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		64	47	229	336
Alienação de Bens Destinados a Venda		40	75	58	103
Alienação do Investimento no Unibanco Saúde Seguradora S.A.		(17)	-	(17)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	14	13	79	201	86
Distrato de Contratos do Intangível	15	-	2	-	6
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(6.847)	(13.341)	(20.775)	(16.645)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	-	-	(123)
Aquisição de Investimentos	12	(819)	-	(819)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	14	(464)	(325)	(877)	(705)
Aquisição de Intangível	15	(515)	(514)	(847)	(732)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.204)	3.487	(11.936)	4.520
Captação em Mercados Institucionais		6.662	4.612	12.206	8.624
Resgate em Mercados Institucionais		(6.774)	(2.099)	(11.102)	(4.812)
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores		-	-	(2)	(249)
Redução da Participação de Acionistas Controladores		-	(444)	-	(521)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		27	20	194	155
Aquisições de Ações para Tesouraria		(99)	(558)	(99)	(558)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(375)	(321)	(376)	(328)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(204)	(164)	(3.547)	(3.041)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(763)	1.046	(2.726)	(730)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.4c e 3	(17.769)	(4.065)	18.448	(16.382)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	73.743	33.275	38.105	45.609
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		960	(211)	381	(228)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	56.934	28.999	56.934	28.999
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		23.505	22.425	46.447	45.280
Juros Pagos		14.297	12.290	22.525	22.309
Transações Não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	1	1	3
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		819	1.409	1.231	1.409

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 para contas patrimoniais e De 01/04 a 30/06 e 01/01 a 30/06 de 2012 e 2011 para contas de resultado

(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) e suas subsidiárias e afiliadas é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior e a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Esses serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, nas Ilhas Cayman e na Europa (Portugal e Luxemburgo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 33, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, Uniclass e Personnalité ou com alto patrimônio (Private Bank) e para clientes pessoas jurídicas (micro, pequenas e médias empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Itaú BBA, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como, financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que administra nossos juros associados ao capital excedente, nosso excedente da dívida subordinada, o resultado de determinadas atividades de tesouraria, a base líquida dos créditos e débitos tributários, os rendimentos líquidos dos juros resultantes da negociação de ativos financeiros por meio de posições próprias, a gestão de diferenças de moedas, de diferenças de taxa e de outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e do efeito do mercado interno e marcação a mercado de ativos e passivos financeiros.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 06 de agosto de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB").

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – "Interim Financial Reporting" com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" ("IFRIC") descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2012

- Alteração do IFRS 7 – "Financial Instruments: Disclosures" – Em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com riscos remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 11.
- Alteração do IAS 12 – "Income taxes" - Em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor” e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.
- *Annual Improvements cycle (2009-2011)* – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. As alterações não são efetivas antes de 1º de janeiro de 2013. Não esperamos que existam impactos relevantes.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O montante de provisão era de R\$ 25.212 (R\$ 23.873 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.329 (R\$ 3.224 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 31.050 (R\$ 28.810 em 31/12/2011).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 197.817 (R\$ 178.339 em 31/12/2011) dos quais R\$ 11.197 são Derivativos (R\$ 8.754 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 9.807 (R\$ 9.562 em 31/12/2011) dos quais R\$ 9.178 são Derivativos (R\$ 6.747 em 31/12/2011). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 30.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 30/06/2012 o montante de R\$ 258 (R\$ 97 em 31/12/2011) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 584.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 16.957 (R\$ 15.990 em 31/12/2011).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I- Subsidiárias

De acordo com o IAS 27 – “*Consolidated and Separate Financial Statements*”, as subsidiárias são entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detém participação superior a 50% em seu capital votante.

II- Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

De acordo com SIC 12 – “*Consolidation – Special Purpose Entities*”, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolida as sociedades de propósito específico quando a substância do relacionamento entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as SPEs indica que elas são controladas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com as necessidades específicas do negócio e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e, por consequência, pode estar exposto aos riscos inerentes às suas atividades.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III- Entidades sob Controle Conjunto (*Joint Ventures*)

O IAS 31 – “*Interests in Joint Ventures*”, define entidades sob controle conjunto como entidades controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o IAS 31, o tratamento contábil de investimentos em entidades sob controle conjunto pode ser consolidação proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto consolidadas proporcionalmente, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 30/06/2012 e 31/12/2011:

	País de Constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em		Porcentagem do capital total em	
			30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Banco Dibens S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA International, S.A.	(1) Portugal	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaúcard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaúcred Financiamentos S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding	66,15%	66,15%	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	99,96%	99,99%	99,96%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú USA, INC.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	(2) Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Redecard S.A.	(3) Brasil	Adquirente	50,00%	50,01%	50,00%	50,01%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A. (Nota 16e)	Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	51,00%
Entidades sob controle conjunto						
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

(1) Nova denominação social do Banco Itaú Europa, S.A.;

(2) Nova denominação social da Orbital Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.;

(3) Empresa consolidada integralmente cuja a participação no capital é de 50% mais 17 ações.

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos Balanços Patrimoniais Consolidados e nas Demonstrações Consolidadas do Resultado de entidades controladas em conjunto (*Joint Ventures*), consolidadas proporcionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	30/06/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	3.606	3.869
Ativo Não Circulante	428	393
Total de Ativos	4.034	4.262
Passivo Circulante	3.374	3.537
Passivo Não Circulante	17	31
Total de Passivos	3.391	3.568
Total de Receitas	837	1.647
Total de Despesas	(850)	(1.600)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades controladas em conjunto. Para as empresas FIC - Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 32).

IV- Combinações de negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio. O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

BSF Holding S.A.

Em 14 de abril de 2011, o Itaú Unibanco Holding S.A. e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour") firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49% do BSF Holding S.A. ("Banco Carrefour"), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao Itaú Unibanco Holding S.A., a qual foi efetuada em 31 de maio de 2012.

Como resultado dessa transação, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 12) e as transações entre partes relacionadas (Nota 34).

Concluiremos no decorrer do 2º semestre de 2012 a alocação final do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF Holding e a participação em seus ativos líquidos.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – “*The effects of changes in foreign exchange rates*” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 993 para o período de 01/01 a 30/06/2012 (R\$ (1.168) de 01/01 a 30/06/2011).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – designados a valor justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por divulgar os Derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda)

Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item “hedgeado”, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como hedge contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como hedge contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do hedge, existe designação e documentação formais da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o hedge.
- é esperado que o hedge seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de hedge em particular.
- quanto ao hedge de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de hedge tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do hedge pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de hedge podem ser confiavelmente medidos.
- o hedge é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o hedge foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de hedge: hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de hedge em estratégias de hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 08.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como hedge de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por hedge afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do hedge contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento.

Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de investimento líquido em operação no exterior

O hedge de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo hedge de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de hedge relacionado à parcela efetiva do hedge que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nosso segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas

tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* são de no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a

provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro, Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes. Em períodos posteriores o ativo é considerado como inadimplente, e divulgado como tal, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 19a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 16).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários.
- Recursos de Mercados Institucionais.
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros. (Nota 19b).

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza para associadas, conforme definido pelo IAS 28) são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não

consolidadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) IMOBILIZADO

De acordo com o IAS 16 – “*Property, plant and equipment*”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “*Impairment of assets*”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu no período findo em 30/06/2012 perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 10, referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos. (Em 30/06/2011 não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável).

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) ÁGIO

De acordo com o IFRS 3 (R) – “*Business Combination*”, *ágio* é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O *ágio* não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O *ágio* é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer *ágio* alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base prorateada do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do *ágio* não pode ser revertida. Em 30/06/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possuía saldo de *ágio* em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os *ágios* das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Empresas não Consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o *ágio*).

I) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 30/06/2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 4, referente a associações para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos (R\$ 16 de 30/06/2011 referente aos direitos de aquisição de folha de pagamento e associações).

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) BENS DESTINADOS A VENDA

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

	30/06/2012
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	15%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “*Insurance contracts*” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos

de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 29.

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 728 de 01/01 a 30/06/2012 (R\$ 693 de 01/01 a 30/06/2011).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “*Employee benefits*”.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – “*Share-based payment*” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa O ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

x) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

y) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “*Earnings per share*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

z) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 23.

aa) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O IFRS 8 – “*Operating Segments*” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial, (ii) Itaú BBA, (iii) Crédito ao Consumidor e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2012	31/12/2011
Disponibilidades	13.614	10.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.122	18.921
Aplicações no Mercado Aberto	29.198	8.516
Total	56.934	38.105

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 10.759 (R\$ 8.900 em 31/12/2011) e R\$ 68.447 (R\$ 83.732 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	30/06/2012	31/12/2011
Não Remunerados	5.270	5.730
Remunerados	68.639	92.323
Total	73.909	98.053

NOTA 05 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.239	2.642	24.881	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	97.645	-	97.645	92.248	-	92.248
Total	119.884	2.642	122.526	117.632	2.437	120.069

(*) O montante de R\$ 11.432 (R\$ 7.046 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 44.661 (R\$ 49.701 em 31/12/2011) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.806	52	(10)	1.848	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.078	378	(22)	93.434	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.179	49	(1)	1.227	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	857	22	(6)	873	787	28	(13)	802
Argentina	103	7	(6)	104	226	12	(13)	225
Estados Unidos	300	11	-	311	280	12	-	292
México	138	2	-	140	201	4	-	205
Chile	128	1	-	129	50	-	-	50
Uruguai	36	-	-	36	27	-	-	27
Colombia	142	1	-	143	-	-	-	-
Outros	10	-	-	10	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	28.285	102	(157)	28.230	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	1.787	72	(124)	1.735	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	24	-	-	24	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	5.840	-	-	5.840	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.571	6	-	3.577	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.641	23	(33)	1.631	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	14.290	-	-	14.290	8.973	-	-	8.973
Outros	1.132	1	-	1.133	853	-	-	853
TOTAL	125.205	603	(196)	125.612	121.860	373	(344)	121.889

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes eram: a) R\$13.574 (R\$ 12.010 em 31/12/2011), b) R\$ 91 (R\$ 84 em 31/12/2011) e c) R\$ - (R\$ 48 em 31/12/2011), totalizando R\$13.665 (R\$ 12.142 em 31/12/2011).

Ganhos e Perdas Realizados e Não Realizados

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	1.082	181	2.209	513
Perdas	(751)	(1.032)	(1.209)	(1.453)
Total	331	(851)	1.000	(940)

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Custo/Custo amortizado	Valor Justo
Circulante	45.335	45.340	37.701	37.706
Sem vencimento	3.593	3.584	3.650	3.635
Até um ano	41.742	41.756	34.051	34.071
Não Circulante	79.870	80.272	84.159	84.183
De um a cinco anos	62.956	63.244	72.064	72.088
De cinco a dez anos	8.938	9.001	8.570	8.550
Após dez anos	7.976	8.027	3.525	3.545
TOTAL	125.205	125.612	121.860	121.889

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 65.606 (R\$ 57.734 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	205	4	-	209

	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Designados a Valor Justo através do Resultado				
Ganhos	4	4	9	10
Total	4	4	9	10

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Custo/Custo amortizado	Valor justo
Não Circulante	205	209	182	186
Após dez anos	205	209	182	186

NOTA 07 – DERIVATIVOS

O ITAÚ UNIBANCO HONDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 4.093 (R\$ 8.225 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012
Contratos de futuros	378.074	652	(69)	583
Compromissos de Compra	146.230	(530)	(67)	(597)
Moeda Estrangeira	7.025	(351)	(74)	(425)
Mercado Interfinanceiro	117.292	21	-	21
Índices	16.932	(199)	8	(191)
Títulos	4.524	-	(8)	(8)
Commodities	457	(1)	7	6
Compromissos de Venda	231.844	1.182	(2)	1.180
Moeda Estrangeira	13.007	419	3	422
Mercado Interfinanceiro	131.510	(12)	-	(12)
Índices	80.989	775	(4)	771
Títulos	6.163	-	2	2
Commodities	175	-	(3)	(3)
Contratos de Swaps		(597)	(134)	(731)
Posição Ativa	109.629	2.248	1.166	3.414
Moeda Estrangeira	8.692	745	35	780
Mercado Interfinanceiro	40.309	307	12	319
Prefixados	28.495	338	390	728
Pós-Fixados	4.034	12	2	14
Índices	27.755	799	709	1.508
Títulos	340	47	15	62
Commodities	4	-	-	-
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	110.226	(2.845)	(1.300)	(4.145)
Moeda Estrangeira	12.540	(1.195)	132	(1.063)
Mercado Interfinanceiro	26.466	(62)	5	(57)
Prefixados	31.696	(444)	(490)	(934)
Pós-Fixados	6.296	(102)	(1)	(103)
Índices	32.632	(943)	(970)	(1.913)
Títulos	507	(99)	24	(75)
Commodities	72	-	-	-
Outros	17	-	-	-
Contratos de Opções	1.349.395	412	(537)	(125)
De Compra - Posição Comprada	309.581	938	(208)	730
Moeda Estrangeira	16.408	665	(25)	640
Mercado Interfinanceiro	65.253	97	(83)	14
Pós-Fixados	323	2	(2)	-
Índices	225.804	126	(97)	29
Títulos	688	27	6	33
Commodities	971	20	(9)	11
Outros	134	1	2	3
De Venda - Posição Comprada	435.550	1.316	464	1.780
Moeda Estrangeira	11.496	162	(31)	131
Mercado Interfinanceiro	46.387	282	99	381
Pós-Fixados	1.059	1	-	1
Índices	372.152	654	225	879
Títulos	2.845	151	146	297
Commodities	1.188	26	(6)	20
Outros	423	40	31	71
De Compra - Posição Vendida	196.191	(803)	83	(720)
Moeda Estrangeira	10.579	(408)	(202)	(610)
Mercado Interfinanceiro	40.721	(72)	57	(15)
Índices	144.029	(303)	243	(60)
Títulos	590	(10)	(14)	(24)
Commodities	140	(9)	1	(8)
Outros	132	(1)	(2)	(3)
De Venda - Posição Vendida	408.073	(1.039)	(876)	(1.915)
Moeda Estrangeira	8.322	(185)	81	(104)
Mercado Interfinanceiro	61.875	(123)	(455)	(578)
Índices	335.975	(546)	(334)	(880)
Títulos	1.256	(129)	(137)	(266)
Commodities	222	(15)	-	(15)
Outros	423	(41)	(31)	(72)

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps		72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012
Contratos a Termo	16.646	1.271	(48)	1.223
Compras a Receber	7.196	1.078	(75)	1.003
Moeda Estrangeira	6.788	688	(75)	613
Prefixados	131	131	-	131
Pós-Fixados	258	259	-	259
Commodities	3	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	2.473	(465)	-	(465)
Moeda Estrangeira	2.426	(70)	(1)	(71)
Prefixados	-	(131)	-	(131)
Pós-Fixados	-	(256)	-	(256)
Commodities	39	(8)	1	(7)
Outros	8	-	-	-
Vendas a Receber	4.439	1.887	1	1.888
Moeda Estrangeira	1.962	33	5	38
Mercado Interfinanceiro	508	4	-	4
Prefixados	954	980	1	981
Pós-Fixados	165	164	-	164
Índices	19	19	-	19
Títulos	681	674	-	674
Commodities	135	12	(5)	7
Outros	15	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar	2.538	(1.229)	26	(1.203)
Moeda Estrangeira	2.523	(177)	28	(149)
Prefixados	-	(885)	(1)	(886)
Pós-Fixados	-	(164)	-	(164)
Commodities	15	(3)	(1)	(4)
Derivativos de Crédito	9.115	631	133	764
Posição Ativa	3.643	760	175	935
Moeda Estrangeira	130	-	1	1
Prefixados	2.341	760	152	912
Títulos	1.073	-	21	21
Outros	99	-	1	1
Posição Passiva	5.472	(129)	(42)	(171)
Moeda Estrangeira	124	-	(1)	(1)
Prefixados	4.204	(129)	(18)	(147)
Títulos	1.045	-	(21)	(21)
Outros	99	-	(2)	(2)
Operações de Forwards	37.935	(23)	81	58
Posição Ativa	18.597	455	53	508
Moeda Estrangeira	18.159	447	53	500
Mercado Interfinanceiro	20	-	-	-
Pós-Fixados	405	7	-	7
Índices	13	1	-	1
Posição Passiva	19.338	(478)	28	(450)
Moeda Estrangeira	19.214	(475)	28	(447)
Mercado Interfinanceiro	14	(1)	-	(1)
Pós-Fixados	75	(1)	-	(1)
Índices	35	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	130	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	65	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	65	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	74	-	3	3
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.283	169	77	246
Posição Ativa	3.762	251	102	353
Moeda Estrangeira	645	74	107	181
Títulos	3.117	177	(5)	172
Posição Passiva	521	(82)	(25)	(107)
Moeda Estrangeira	410	(82)	(25)	(107)
Títulos	111	-	-	-
	ATIVO	9.585	1.612	11.197
	PASSIVO	(7.070)	(2.108)	(9.178)
	TOTAL	2.515	(496)	2.019

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2012
Futuros	72.399	84.077	109.018	112.580	378.074
Swaps	7.033	27.526	22.995	49.827	107.381
Opções	314.789	106.792	900.981	26.833	1.349.395
Termo	3.607	6.981	2.893	3.165	16.646
Derivativos de Crédito	109	2.752	964	5.290	9.115
Forwards	9.784	19.449	5.453	3.249	37.935
Swaps com Verificação	-	-	-	65	65
Verificação de Swap	-	-	-	74	74
Outros	23	842	366	3.052	4.283

	Conta de		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092		(31)	1.061
Compras a Receber	8.702	921		(62)	859
Moeda Estrangeira	7.883	623		(62)	561
Mercado Interfinanceiro	520	-		-	-
Prefixados	-	35		-	35
Pós-Fixados	262	262		-	262
Commodities	37	1		-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)		(9)	(333)
Moeda Estrangeira	1.218	(43)		(8)	(51)
Pós-Fixados	-	(262)		-	(262)
Commodities	131	(19)		(1)	(20)
Outros	2	-		-	-
Vendas a Receber	2.230	1.013		7	1.020
Moeda Estrangeira	1.181	24		9	33
Mercado Interfinanceiro	48	1		-	1
Prefixados	148	148		(1)	147
Pós-Fixados	110	110		-	110
Títulos	731	726		(1)	725
Commodities	12	4		-	4
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)		33	(485)
Moeda Estrangeira	4.905	(342)		32	(310)
Prefixados	-	(54)		-	(54)
Pós-Fixados	-	(110)		-	(110)
Commodities	60	(12)		1	(11)
Derivativos de Crédito	7.194	153		136	289
Posição Ativa	3.659	242		157	399
Moeda Estrangeira	117	-		1	1
Prefixados	1.820	226		134	360
Pós-Fixados	-	5		11	16
Índices	-	11		(1)	10
Títulos	1.721	-		12	12
Outros	1	-		-	-
Posição Passiva	3.535	(89)		(21)	(110)
Moeda Estrangeira	117	-		(1)	(1)
Prefixados	2.900	(89)		(8)	(97)
Títulos	517	-		(12)	(12)
Outros	1	-		-	-
Operações de Forwards	31.285	69		56	125
Posição Ativa	16.257	421		30	451
Moeda Estrangeira	15.862	415		30	445
Mercado Interfinanceiro	19	-		-	-
Pós-Fixados	376	6		-	6
Posição Passiva	15.028	(352)		26	(326)
Moeda Estrangeira	14.946	(348)		26	(322)
Mercado Interfinanceiro	13	-		-	-
Pós-Fixados	69	(1)		-	(1)
Índices	-	(1)		-	(1)
Títulos	-	(2)		-	(2)
Swap com Verificação	102	-		(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-		-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-		(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-		4	4
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695		20	715
Posição Ativa	4.640	769		33	802
Moeda Estrangeira	608	55		31	86
Prefixados	973	521		-	521
Títulos	3.054	193		2	195
Outros	5	-		-	-
Posição Passiva	254	(74)		(13)	(87)
Moeda Estrangeira	118	(74)		(11)	(85)
Títulos	75	-		-	-
Outros	61	-		(2)	(2)
ATIVO	8.175	579		8.754	
PASSIVO	(5.443)	(1.304)		(6.747)	
TOTAL	2.732	(725)		2.007	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	30/06/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Futuros	583	5,2	(25)	507	96	82	(42)	(35)
BM&F Bovespa	581	5,2	(25)	506	96	82	(43)	(35)
Instituições Financeiras	2	0,0	-	1	-	-	1	-
Prêmios de Opções	2.510	22,4	1.020	234	200	953	65	38
BM&F Bovespa	1.855	16,6	893	92	154	702	14	-
Instituições Financeiras	258	2,3	88	99	19	42	7	3
Empresas	397	3,5	39	43	27	209	44	35
Operações a Termo	2.891	25,7	507	646	153	327	411	847
BM&F Bovespa	697	6,2	256	375	65	1	-	-
Instituições Financeiras	153	1,4	107	6	1	39	-	-
Empresas	2.040	18,1	144	265	87	287	411	846
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Swaps - Ajuste a Receber	3.414	30,5	271	447	240	216	729	1.511
BM&F Bovespa	443	4,0	20	45	17	25	108	228
Instituições Financeiras	367	3,3	54	83	18	31	73	108
Empresas	2.589	23,1	197	319	201	158	542	1.172
Pessoas Físicas	15	0,1	-	-	4	2	6	3
Derivativos de Crédito	935	8,4	58	507	1	4	44	321
Instituições Financeiras	633	5,7	58	507	1	2	1	64
Empresas	302	2,7	-	-	-	2	43	257
Forwards	508	4,6	92	114	85	99	57	61
Instituições Financeiras	331	3,0	71	76	57	59	29	39
Empresas	177	1,6	21	38	28	40	28	22
Verificação de Swap - Empresas	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Outros	353	3,2	55	1	43	3	81	170
BM&F Bovespa	54	0,5	54	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	237	2,1	-	-	11	2	81	143
Empresas	62	0,6	1	1	32	1	-	27
Total (*)	11.197	100,0	1.978	2.456	818	1.684	1.346	2.915
% por prazo de vencimento			17,7%	21,9%	7,3%	15,0%	12,0%	26,0%

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.936 referem-se ao circulante e R\$ 4.261 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Futuros	26	0,4	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&F Bovespa	31	0,4	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	0,0	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	0,0	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	0,0	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	21,1%

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 5.949 referem-se ao circulante e R\$ 2.805 ao não circulante.

30/06/2012

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.635)	28,7	(1.049)	(154)	(153)	(1.171)	(70)	(38)
BM&F Bovespa	(1.992)	21,7	(895)	(82)	(105)	(892)	(18)	-
Instituições Financeiras	(524)	5,7	(121)	(63)	(38)	(230)	(37)	(35)
Empresas	(119)	1,3	(33)	(9)	(10)	(49)	(15)	(3)
Operações a Termo	(1.668)	18,2	(158)	(71)	(34)	(209)	(353)	(843)
Instituições Financeiras	(106)	1,2	(105)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(1.562)	17,0	(53)	(70)	(34)	(209)	(353)	(843)
Swaps - Ajuste a Pagar	(4.145)	45,1	(208)	(560)	(144)	(698)	(624)	(1.911)
BM&F Bovespa	(727)	7,9	(1)	(123)	(16)	(135)	(83)	(369)
Instituições Financeiras	(967)	10,5	(84)	(102)	(39)	(197)	(138)	(407)
Empresas	(2.399)	26,1	(113)	(327)	(81)	(347)	(398)	(1.133)
Pessoas Físicas	(52)	0,6	(10)	(8)	(8)	(19)	(5)	(2)
Derivativos de Crédito	(171)	1,9	(8)	(6)	(6)	(4)	(5)	(142)
Instituições Financeiras	(165)	1,8	(8)	(6)	(5)	(2)	(4)	(140)
Empresas	(6)	0,1	-	-	(1)	(2)	(1)	(2)
Forwards	(450)	4,9	(88)	(175)	(46)	(89)	(50)	(2)
Instituições Financeiras	(342)	3,7	(70)	(156)	(28)	(45)	(43)	-
Empresas	(108)	1,2	(18)	(19)	(18)	(44)	(7)	(2)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(107)	1,2	-	(1)	(11)	-	(89)	(6)
Instituições Financeiras	(89)	1,0	-	-	-	-	(85)	(4)
Empresas	(18)	0,2	-	(1)	(11)	-	(4)	(2)
Total (*)	(9.178)	100,0	(1.511)	(967)	(394)	(2.171)	(1.191)	(2.944)
% por prazo de vencimento			16,5%	10,5%	4,3%	23,7%	13,0%	32,1%

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.043) referem-se ao circulante e R\$ (4.135) ao não circulante.

31/12/2011

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,6%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (4.135) referem-se ao circulante e R\$ (2.612) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Swap	(470)	621	(457)	915
Termo	21	12	35	82
Futuro	(1.563)	190	(1.690)	262
Opções	(50)	(16)	344	224
Derivativos de Crédito	(3)	24	54	59
Outros	896	(425)	704	(946)
Total	(1.169)	406	(1.010)	596

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

30/06/2012						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(161)
TRS	-	-	-	-	-	(10)
Total por Instrumento	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)
Total por Risco	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)
Total por Entidade	5.472	1.891	1.389	1.323	869	(171)

31/12/2011						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

30/06/2012			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(5.472)	2.585	(2.887)
TRS	-	1.058	1.058
Total	(5.472)	3.643	(1.829)

31/12/2011			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (hedge de ações preferenciais resgatáveis) e 2010 (hedge de depósitos denominados em reais e operações compromissadas), e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a Moeda Funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de

caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, mas o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em um hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no valor justo de recebimentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a certos ativos pré-fixados, denominados em UF (Unidade de Fomento), emitidos no Chile.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela ICPR (Índice de Camera Promédio Real) e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo da taxa ICPR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método percentagem *approach*. O método percentagem approach é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de hedge) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão em 2022. Período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	30/06/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(554)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(24)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(578)		1	(312)		1

(*) Em 30 de Junho de 2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 545 (R\$ 167 em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	30/06/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.383)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	64	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	197	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	28	130	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	302	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Ativos Financeiros	(9)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(893)		94	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior;

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Em 30 de Junho de 2012, o Ganho ou (Perda) acumulado reconhecido no Resultado dos Instrumentos e Objeto de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo é R\$ 0,077.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias	30/06/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	28.198	1	28.198	19.113	(4)	19.083
Hedge de ações preferências resgatáveis	795	(31)	795	737	(37)	737
Hedge de CDB subordinado	87	-	124	87	-	118
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	7.012	279	4.207	6.886	31	4.131
Hedge de Valor Justo	36	-	36	-	-	-
Total	36.128	249	33.360	26.823	(10)	24.069

(*) Os Instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40% referente a impostos.

Prazo de Vencimento	Estratégias					Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	Hedge de Valor Justo	
2012	10.273	-	-	7.012	-	17.285
2013	11.636	-	-	-	-	11.636
2014	5.505	-	87	-	-	5.592
2015	-	795	-	-	-	795
2016	-	-	-	-	-	-
2017	784	-	-	-	-	784
2022	-	-	-	-	36	36
Total	28.198	795	87	7.012	36	36.128

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	784	4	-	788	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	10.916	539	25	11.480	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	10.206	365	(9)	10.562	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	6.047	6	(28)	6.025	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	198	-	-	198	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	1.445	-	-	1.445	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coreia	1.672	-	-	1.672	295	-	-	295
Chile	2.110	4	(5)	2.109	992	4	(1)	995
Paraguai	262	-	(22)	240	358	-	(14)	344
Uruguai	294	1	(1)	294	268	-	-	268
Outros	66	1	-	67	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	30.900	1.215	(171)	31.944	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.129	439	(26)	3.542	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.237	453	(4)	8.686	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	308	-	-	308	274	-	-	274
Debêntures	9.858	167	(15)	10.010	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	4.763	139	(126)	4.776	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	966	-	-	966	646	-	-	646
Letras Financeiras	2.858	-	-	2.858	-	-	-	-
Outros	781	17	-	798	271	3	(3)	271
TOTAL	58.853	2.129	(183)	60.799	46.266	2.131	(887)	47.510

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 4.151 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 5.637 (R\$ 3.880 em 31/12/2011), c) R\$ - (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.920 (R\$ 2.355 em 31/12/2011), totalizando R\$ 11.708 (R\$ 8.455 em 31/12/2011).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	239	159	500	376
Perdas	(67)	(39)	(111)	(72)
Total	172	120	389	304

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Custo/ Amortizado	Valor Justo	Custo/ Amortizado	Valor Justo
Circulante	17.626	18.083	13.239	13.904
Sem vencimento	3.909	4.326	4.257	4.779
Até um ano	13.717	13.757	8.982	9.125
Não Circulante	41.227	42.716	33.027	33.606
De um a cinco anos	17.154	17.508	16.875	17.042
De cinco a dez anos	12.566	12.622	9.792	9.655
Após dez anos	11.507	12.586	6.360	6.909
Total	58.853	60.799	46.266	47.510

Durante o período findo em 30/06/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.894	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	117	196
Títulos Públicos - Outros Países	1	-
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	104	97
Debêntures	32	30
Euro Bonds e Assemelhados	70	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	2
Total	3.116	3.105

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ - (R\$ 189 em 31/12/2011) e b) R\$ 44 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 44 (R\$ 230 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 219 (R\$ 210 de 01/01 a 30/06/2011).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento é divulgado na Nota 30.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	152	120
Até um ano	152	120
Não Circulante	2.964	2.985
De um a cinco anos	133	242
De cinco a dez anos	1.252	1.077
Após dez anos	1.579	1.666
Total	3.116	3.105

Durante o período findo em 30/06/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/06/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	148.020	148.127
Cartão de Crédito	36.777	38.961
Crédito Pessoal	38.449	35.253
Veículos	57.058	60.463
Crédito Imobiliário	15.736	13.450
Grandes Empresas	98.318	93.229
Micro/Pequenas e Médias Empresas	87.996	85.649
Unidades Externas América Latina	23.358	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	357.692	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.212)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	332.480	322.391
Por setor do devedor	30/06/2012	31/12/2011
Setor Público	1.132	1.990
Indústria e Comércio	104.152	99.859
Serviços	76.198	70.642
Setor Primário	17.224	16.109
Outros Setores	933	1.497
Pessoa Física	158.053	156.167
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	357.692	346.264
Por vencimento	30/06/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	14.890	14.879
A vencer até 3 meses	100.653	95.449
A vencer de 3 a 12 meses	88.413	85.438
A vencer acima de um ano	153.736	150.498
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	357.692	346.264
Por Concentração	30/06/2012	31/12/2011
Principal Devedor	3.409	2.331
10 Maiores Devedores	17.025	13.613
20 Maiores Devedores	24.699	21.603
50 Maiores Devedores	39.516	35.504
100 Maiores Devedores	53.610	48.280

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 934 e R\$ 904 de receita de juros e rendimentos em 30/06/2012 e 30/06/2011, respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2011	Baixas 01/01 a 30/06/2012	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 30/06/2012	Saldo Final 30/06/2012
Pessoas Físicas	13.629	(5.406)	6.770	14.993
Cartão de Crédito	3.825	(2.169)	1.696	3.352
Crédito Pessoal	5.343	(2.126)	3.367	6.584
Veículos	4.415	(1.093)	1.687	5.009
Crédito Imobiliário	46	(18)	20	48
Grandes Empresas	758	(153)	154	759
Micros/Pequenas e Médias	9.197	(5.066)	4.988	9.119
Unidades Externas América Latina	289	(111)	163	341
Total	23.873	(10.736)	12.075	25.212

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 31/12/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2011	Saldo Final 31/12/2011
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197
Unidades Externas América Latina	263	(233)	259	289
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	30/06/2012	31/12/2011
Setor Público	3	1
Indústria e Comércio	6.117	6.266
Serviços	3.524	3.476
Setor Primário	278	273
Outros Setores	36	32
Pessoa Física	15.254	13.825
Total	25.212	23.873

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/06/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.168	435	97.150	324	98.318	759	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	12.534	7.882	135.486	7.111	148.020	14.993	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	2.619	1.648	34.158	1.704	36.777	3.352	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	4.587	2.850	33.862	3.734	38.449	6.584	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	5.180	3.357	51.878	1.652	57.058	5.009	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	148	27	15.588	21	15.736	48	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro/Pequenas e Médias Empresas	6.814	4.825	81.182	4.294	87.996	9.119	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	87	38	23.271	303	23.358	341	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	20.603	13.180	337.089	12.032	357.692	25.212	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	30/06/2012		
	Pagamentos	Rendas a	Valor
	Mínimos Futuros	Apropriar	Presente
Circulante	13.134	(1.208)	11.926
Até 1 ano	13.134	(1.208)	11.926
Não Circulante	13.611	(3.888)	9.723
Entre 1 e 5 anos	13.334	(3.831)	9.503
Acima de 5 anos	277	(57)	220
Total	26.745	(5.096)	21.649

	31/12/2011		
	Pagamentos	Rendas a	Valor
	Mínimos Futuros	Apropriar	Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 1.885 (R\$ 2.020 em 31/12/2011).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 30/06/2012:

Natureza da Operação	Ativo		Passivo	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	458	487	458	447
Grandes Empresas - Capital de Giro	29	31	29	31

NOTA 12 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

a) Composição

	% de participação em 30/06/2012		30/06/2012				31/12/2011			30/06/2011		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.816	176	2.054	58	1.715	2.681	2.014	2.094	98	25
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	489	13	823	6	-	-	-	-	-	-
Banco BPI S.A. (d)	-	-	-	-	-	(101)	-	1.151	219	219	(1.105)	(210)
Serasa S.A. (e)	16,14	16,14	1.120	120	273	29	1.404	1.119	273	1.161	115	27
Outros (f)	-	-	-	-	43	-	-	-	38	-	-	27
Total	-	-	-	-	3.193	(8)	-	-	2.544	-	-	(131)

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 2012 a posição de 31/05/2012, conforme o IAS 27;

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 845 em 30 de junho de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 30 de junho de 2012 que corresponde ao ágio;

(d) Investimento alienado em 20/04/2012;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 30/06/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante);Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011
Total de Ativos (*)	4.777	107.783	-
Total de Passivos (*)	352	102.831	-
Total de Receitas (*)	719	-	3.611
Total de Despesas (*)	(410)	-	(3.228)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de (R\$ 103.696 em 31/12/2011) referente a Ativos, de (R\$ 102.544 em 31/12/2011) referente a Passivos, de (R\$ 3.119 em 30/06/2011) referente a Receitas e de (R\$ 2.950 em 30/06/2011) referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 258 (R\$ 339 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	202	220
Até 1 ano	202	220
Não Circulante	56	120
De 1 a 5 anos	56	120
Total de pagamento mínimos futuros	258	340
(-) Juros futuro	-	1
Valor Presente	258	339

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	495	882
Até 1 ano	495	882
Não Circulante	3.684	3.131
De 1 a 5 anos	2.964	2.537
Mais de 5 anos	720	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.179	4.013

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 30/06/2012
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Varição Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		1.941	114	(42)	-	(173)	-	(43)	1.797
Terrenos		1.184	42	-	-	(167)	-	(18)	1.041
Edificações		757	72	(42)	-	(6)	-	(25)	756
Custo		2.340	72	-	-	(8)	2	(75)	2.331
Depreciação Acumulada	4	(1.583)	-	(42)	-	2	(2)	50	(1.575)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		3.417	763	(627)	10	(31)	25	(7)	3.550
Benfeitorias		638	111	(129)	-	-	18	18	656
Custo		1.245	111	-	-	(126)	20	17	1.267
Depreciação Acumulada	10	(607)	-	(129)	-	126	(2)	1	(611)
Instalações de Uso		390	114	(32)	-	-	7	(14)	465
Custo		937	114	-	-	(7)	4	(17)	1.031
Depreciação Acumulada	10 a 20	(547)	-	(32)	-	7	3	3	(566)
Móveis e Equipamentos de Uso		488	59	(36)	11	(18)	(4)	(8)	492
Custo		848	59	-	11	(22)	(3)	(6)	887
Depreciação Acumulada	10 a 20	(360)	-	(36)	-	4	(1)	(2)	(395)
Sistema Processamento de Dados (3)		1.644	463	(401)	-	(12)	4	(6)	1.692
Custo		4.988	463	-	-	(147)	(6)	(10)	5.288
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.344)	-	(401)	-	135	10	4	(3.596)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		257	16	(29)	(1)	(1)	-	3	245
Custo		548	16	-	(1)	(3)	-	5	565
Depreciação Acumulada	10 a 20	(291)	-	(29)	-	2	-	(2)	(320)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		5.358	877	(669)	10	(204)	25	(50)	5.347
Custo		12.090	877	-	10	(480)	17	(104)	12.410
Depreciação Acumulada		(6.732)	-	(669)	-	276	8	54	(7.063)

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 173, sendo de Imóveis de Uso R\$ 100, Benfeitorias R\$ 43 e Equipamentos R\$ 30;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Variação Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		1.844	248	(96)	-	(60)	(11)	16	1.941
Terrenos		1.045	167	-	-	(20)	2	(10)	1.184
Edificações		799	81	(96)	-	(40)	(13)	26	757
Custo		2.321	81	-	-	(67)	(11)	16	2.340
Depreciação Acumulada	4	(1.522)	-	(96)	-	27	(2)	10	(1.583)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		2.957	1.655	(1.088)	(15)	(87)	17	(22)	3.417
Benfeitorias		626	229	(242)	-	(4)	(5)	34	638
Custo		1.116	229	-	-	(131)	(1)	32	1.245
Depreciação Acumulada	10	(490)	-	(242)	-	127	(4)	2	(607)
Instalações de Uso		267	179	(53)	-	(1)	8	(10)	390
Custo		770	179	-	-	(18)	5	1	937
Depreciação Acumulada	10 a 20	(503)	-	(53)	-	17	3	(11)	(547)
Móveis e Equipamentos de Uso		433	220	(63)	(15)	(21)	(19)	(47)	488
Custo		863	220	-	(15)	(165)	(13)	(42)	848
Depreciação Acumulada	10 a 20	(430)	-	(63)	-	144	(6)	(5)	(360)
Sistema Processamento de Dados (3)		1.404	942	(677)	-	(56)	28	3	1.644
Custo		4.746	942	-	-	(671)	39	(68)	4.988
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.342)	-	(677)	-	615	(11)	71	(3.344)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		227	85	(53)	-	(5)	5	(2)	257
Custo		529	85	-	-	(66)	3	(3)	548
Depreciação Acumulada	10 a 20	(302)	-	(53)	-	61	2	1	(291)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		4.801	1.903	(1.184)	(15)	(147)	6	(6)	5.358
Custo		11.390	1.903	-	(15)	(1.138)	24	(74)	12.090
Depreciação Acumulada		(6.589)	-	(1.184)	-	991	(18)	68	(6.732)

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R\$ 166.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 131, sendo de Imóveis de Uso R\$ 56, Benfeitorias R\$ 51 e Equipamentos R\$ 24.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 15 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEIS (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 30/06/2012
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		751	151	(191)	-	-	-	-	711
Custo		1.648	151	-	-	(95)	-	8	1.712
Amortização Acumulada	Até 9	(897)	-	(191)	-	95	-	(8)	(1.001)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		3.074	696	(228)	(4)	-	25	9	3.572
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços									
Financeiros		1.289	12	(69)	(4)	-	6	7	1.241
Custo		1.400	12	-	(4)	(36)	7	9	1.388
Amortização Acumulada	Até 5	(111)	-	(69)	-	36	(1)	(2)	(147)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		1.338	643	(124)	-	-	6	8	1.871
Custo		2.133	643	-	-	(113)	13	40	2.716
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(124)	-	113	(7)	(32)	(845)
Outros Ativos Intangíveis		447	41	(35)	-	-	13	(6)	460
Custo		621	41	-	-	-	21	1	684
Amortização Acumulada	10 a 20	(174)	-	(35)	-	-	(8)	(7)	(224)
TOTAL INTANGÍVEIS		3.825	847	(419)	(4)	-	25	9	4.283
Custo		5.802	847	-	(4)	(244)	41	58	6.500
Amortização Acumulada		(1.977)	-	(419)	-	244	(16)	(49)	(2.217)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

INTANGÍVEIS (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		1.130	366	(603)	(24)	(112)	-	(6)	751
Custo		2.415	366	-	(24)	(1.097)	-	(12)	1.648
Amortização Acumulada	Até 9	(1.285)	-	(603)	-	985	-	6	(897)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		1.804	1.606	(381)	(6)	(28)	28	51	3.074
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros		1.115	318	(114)	(6)	(28)	1	3	1.289
Custo		1.171	318	-	(6)	(94)	1	10	1.400
Amortização Acumulada	Até 5	(56)	-	(114)	-	66	-	(7)	(111)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		532	981	(208)	-	-	10	23	1.338
Custo		1.327	981	-	-	(116)	16	(75)	2.133
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(208)	-	116	(6)	98	(795)
Outros Ativos Intangíveis		157	307	(59)	-	-	17	25	447
Custo		271	307	-	-	(7)	25	25	621
Amortização Acumulada	10 a 20	(114)	-	(59)	-	7	(8)	-	(174)
TOTAL INTANGÍVEIS		2.934	1.972	(984)	(30)	(140)	28	45	3.825
Custo		5.184	1.972	-	(30)	(1.314)	42	(52)	5.802
Amortização Acumulada		(2.250)	-	(984)	-	1.174	(14)	97	(1.977)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

NOTA 16 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	129.051	74.564	203.615	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	46.522	74.351	120.873	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	9.473	213	9.686	1.793	272	2.065
Depósito de Poupança	73.056	-	73.056	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	31.360	-	31.360	28.932	-	28.932
Depósitos à Vista	31.360	-	31.360	28.932	-	28.932
Total	160.411	74.564	234.975	159.455	83.181	242.636

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		
Notas Estruturadas	629	2.815
Total	629	2.815

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ (2.186) (R\$ 1.480 em 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 294 (R\$ 1.666 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 335 (R\$ 1.149 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	113	1.803
Até um ano	113	1.803
Não Circulante	516	1.012
De um a cinco anos	478	909
De cinco a dez anos	21	89
Após dez anos	17	14
Total	629	2.815

NOTA 18 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	77.170	106.577	183.747	78.408	107.005	185.413
Interbancário	51.535	43.143	94.678	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	46	195	241	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	15.062	1.904	16.966	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	1.357	2.532	3.889	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	4.343	13.318	17.661	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	17.812	2.928	20.740	17.755	3.697	21.452
Repasse no país	12.915	21.779	34.694	11.037	24.422	35.459
Outros	-	487	487	-	-	-

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	60% CDI a 13,23%	0,15% a 5,00%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,40% a 105,25% CDI	0,63% a 11,75%
Repasse no País	0,50% a 16,55% TJLP	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 60% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (*)	5.347	38.399	43.746	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.033	1.532	2.565	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	5.518	6.719	12.237	8.143	5.910	14.053
Total	11.898	46.650	58.548	19.901	34.906	54.807

(*) Em 30/06/2012, R\$ 38.983 (R\$ 38.257 em 31/12/2011) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por Emissão de Debêntures	CDI + 0,35%	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,40% a 8,00%	0,24% a 16,43%

NOTA 19 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	27.375	13.891	41.266	28.521	11.733	40.254
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	15.637	-	15.637	18.317	-	18.317
Operações de Seguros e Resseguros	4.045	-	4.045	3.590	-	3.590
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	661	12.896	13.557	2.211	10.632	12.843
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	737	-	737	601	-	601
Negociação e Intermediação de Valores	4.198	-	4.198	1.734	-	1.734
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31c)	437	279	716	195	431	626
Serviços Prestados a Receber	1.480	-	1.480	1.260	-	1.260
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	716	716	-	670	670
Carteira de Câmbio	-	-	-	268	-	268
Operações sem Características de Concessão de Crédito	180	-	180	345	-	345
Não Financeiros	6.476	1.507	7.983	5.872	1.485	7.357
Despesas Antecipadas	2.350	1.507	3.857	2.335	1.485	3.820
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28b e c)	1.925	-	1.925	1.785	-	1.785
Diversos no País	1.259	-	1.259	897	-	897
Diversos no Exterior	180	-	180	113	-	113
Outros	762	-	762	742	-	742

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	30/06/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	45.190	57	45.247	43.999	120	44.119
Operações com Cartões de Crédito	37.194	-	37.194	41.195	-	41.195
Carteira de Câmbio	191	-	191	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	7.083	-	7.083	2.504	-	2.504
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 13a)	201	57	258	219	120	339
Recursos de Consorciados	83	-	83	81	-	81
Outros	438	-	438	-	-	-
Não Financeiros	20.829	749	21.578	17.939	686	18.625
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.238	-	4.238	868	-	868
Credores Diversos no País	835	-	835	1.228	-	1.228
Recursos em Trânsito de Terceiros	7.070	-	7.070	6.092	-	6.092
Provisão para Pagamentos Diversos	1.470	667	2.137	1.574	570	2.144
Sociais e Estatutárias	2.508	42	2.550	2.891	85	2.976
Relativas a Operações de Seguros	1.107	-	1.107	914	-	914
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	494	-	494	1.507	-	1.507
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28b e d)	275	40	315	343	31	374
Provisão de Pessoal	1.383	-	1.383	1.113	-	1.113
Provisão para Seguro Saúde	629	-	629	623	-	623
Rendas Antecipadas	545	-	545	570	-	570
Outros	275	-	275	216	-	216

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31/12/2011), sendo R\$ 31.599 (R\$ 31.552 em 31/12/2011) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 13.401 (R\$ 13.448 em 31/12/2011) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

30/06/2012				
	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011 e 30/06/2012	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Residentes no País em 30/06/2012	2.282.303.961	927.394.316	3.209.698.277	
Residentes no Exterior em 30/06/2012	6.982.439	1.354.255.384	1.361.237.823	
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	2.100	57.293.971	57.296.071	(1.663)
Aquisições de Ações	-	3.500.000	3.500.000	(99)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(4.773.109)	(4.773.109)	111
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(2.725.760)	(2.725.760)	106
Ações em Tesouraria em 30/06/2012 (*)	2.100	53.295.102	53.297.202	(1.545)
Em Circulação em 30/06/2012	2.289.284.300	2.228.354.598	4.517.638.898	
Em Circulação em 31/12/2011	2.289.284.300	2.224.355.729	4.513.640.029	
31/12/2011				
	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Residentes no País em 31/12/2011	2.283.888.835	921.023.218	3.204.912.053	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.397.565	1.360.626.482	1.366.024.047	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	2.202	26.566.015	26.568.217	(628)
Aquisições de Ações	-	40.970.900	40.970.900	(1.303)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações - Simples e Plano de Sócios	-	(5.977.962)	(5.977.962)	117
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	(27)	(4.264.938)	(4.264.965)	151
(-) Cancelamento de Ações - AGE 25/04/2011	(75)	(44)	(119)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	2.100	57.293.971	57.296.071	(1.663)
Em Circulação em 31/12/2011	2.289.284.300	2.224.355.729	4.513.640.029	
Em Circulação em 31/12/2010	2.289.284.273	2.255.083.729	4.544.368.002	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo, são discriminados os custos das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 30/06/2012	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	27,25
Médio ponderado	-	28,30
Máximo	-	28,99
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	28,99
Valor de Mercado em 30/06/2012	25,41	28,29

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2011	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,20
Médio ponderado	-	31,79
Máximo	-	37,40
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	29,03
Valor de Mercado em 31/12/2011	27,01	33,99

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, e o pagamento é efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação, sendo que, a partir do pagamento de abril de 2012 foi elevado em 25% passando para R\$ 0,015 por ação, conforme Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2012.

Em 13/03/2012 foram pagos Juros de Capital Próprio no montante de R\$ 1.847 – R\$ 0,4092 por ação que em 31/12/2011 estavam segregados no Patrimônio Líquido em Reserva Especial de Lucro (Reservas Integralizadas).

Adicionalmente, foram declarados após 30/06/2012 juros sobre capital próprio, segregado no patrimônio líquido em reservas especiais de lucros no montante de R\$ 171 – R\$ 0,0378 por ação, que líquido do imposto de renda na fonte totaliza R\$ 145.

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/06/2012		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	311	-	311
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
Dividendos - 3 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de abril a junho de 2012	203	-	203
Declarados até 30/06/2012 (Registrados em Outros Passivos)	1.151	(162)	989
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/07/2012	68	-	68
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2396 por ação	1.083	(162)	921
Declarados após 30/06/2012 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	171	(26)	145
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0378 por ação	171	(26)	145
Total de 01/01 a 30/06/2012 - R\$ 0,3198 líquido por ação	1.633	(188)	1.445

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/06/2011		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	273	-	273
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a junho de 2011	273	-	273
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)	1.281	(184)	1.097
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 01/07/2011	54	-	54
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2706 por ação	1.227	(184)	1.043
Total de 01/01 a 30/06/2011 - R\$ 0,3020 líquido por ação	1.554	(184)	1.370

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	30/06/2012	31/12/2011
RESERVAS DE CAPITAL (1)	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
RESERVAS DE LUCROS	26.328	23.994
Legal (2)	4.122	3.848
Estatutárias	22.035	18.299
Equalização de Dividendos (3)	5.617	3.751
Reforço do Capital de Giro (4)	6.004	5.257
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	10.414	9.291
Especiais de Lucros (6)	171	1.847
Total das Reservas na Controladora	26.613	24.279

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 30/06/2012.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 21 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 30/06/2012 - R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 30/06/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 50 em 30/06/2012 (R\$ 48 em 30/06/2011).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Carência Data	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado	Opções Exercidas		Quantidade de Ações				Saldo a Exercer em 30/06/2012	
				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior 31/12/2011	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas		
(R\$1)											
Opções Simples											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	19,40	19,00	33,92	937.275	-	(333.375)	-	603.900
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	19,40	-	-	11.357	-	-	-	11.357
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,86	28,22	37,08	6.854.365	-	(1.894.985)	-	4.959.380
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,86	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,81	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,81	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,76	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,72	-	-	25.301	-	-	(25.301)	-
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,96	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	33,18	32,70	38,42	21.083	-	(21.083)	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	36,74	35,91	38,32	7.732.975	-	(344.650)	(1.048.200)	6.340.125
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	36,74	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	36,74	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2012	37,81	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	37,76	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	46,98	-	-	25.300	-	-	-	25.300
Total de Opções a Exercer					28,09	36,85	16.837.834	-	(2.594.093)	(1.178.920)	13.064.821
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,91	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	9.266.066	-	(1.963.220)	-	7.302.846
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	42,36	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	46,98	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,70	27,10	35,23	14.114.940	-	(1.418.080)	-	12.696.860
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,70	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	45,00	-	-	6.052.223	-	-	(33.005)	6.019.218
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	45,00	-	-	1.163.919	-	-	(29.548)	1.134.371
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	43,96	-	-	9.769.432	-	-	(85.298)	9.684.134
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	43,96	-	-	-	15.383	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,88	-	-	-	15.097	-	-	15.097
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,88	-	-	-	10.373.657	-	(19.186)	10.354.471
Total de Opções em Aberto					27,10	35,23	40.533.964	10.404.137	(1.418.080)	(2.130.257)	47.389.764
Total de Opções Simples					27,74	36,28	57.371.798	10.404.137	(4.012.173)	(3.309.177)	60.454.585
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	(39.906)	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	(46.710)	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	(681.490)	(37.533)	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	(79.446)	-	-
Total de Opções a Exercer						35,90	885.085	-	(760.936)	(124.149)	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	309.508	-	-	-	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	-	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	-	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	(5.285)	324.426
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	(2.929)	446.513
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	(38.519)	1.823.890
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	-	7.791	-	-	7.791
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	(21.802)	1.536.782
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	(2.374)	702.230
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	(18.476)	687.921
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	-	8.187	-	-	8.187
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	(2.843)	1.580.201
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	(4.673)	64.483
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	-	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	(5.464)	323.688
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	(39.030)	1.819.488
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	-	7.790	-	-	7.790
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	(22.010)	1.535.205
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	(16.780)	689.558
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	-	8.186	-	-	8.186
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	(2.843)	1.580.136
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	(4.751)	64.400
Total de Opções em Aberto							11.588.230	3.341.338	-	(187.779)	14.741.789
Total Opções dos Sócios						35,90	12.473.315	3.341.338	(760.936)	(311.928)	14.741.789
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					27,74	36,22	69.845.113	13.745.475	(4.773.109)	(3.621.105)	75.196.374

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito(*)/ Cancelamentos	Saldo a Exercer em 30/06/2011
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	(273.943)	-	438.999
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	12.650	-	(12.650)	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	2.877.600	-	(1.362.125)	-	1.515.475
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	27.500	-	(27.500)	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	16.389	-	(16.389)	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	-	-	52.710	-	-	-	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	-	-	12.650	-	(12.650)	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,20	37,51	8.025.250	-	(938.725)	-	7.086.525
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	25.301
Total de Opções a Exercer					20,79	37,22	12.875.221	-	(2.643.982)	(105.419)	10.125.820
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	(507.375)	(106.425)	7.933.175
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,24	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	(1.427.659)	9.418.828
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,46	36,57	15.067.330	-	(94.850)	(83.490)	14.888.990
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	(74.386)	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	(12.082)	1.194.258
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	9.863.110	-	-	9.863.110
Total de Opções em Aberto					33,50	36,87	42.242.233	9.863.110	(602.225)	(1.704.042)	49.799.076
Total de Opções Simples					23,15	37,16	55.117.454	9.863.110	(3.246.207)	(1.809.461)	59.924.896
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	(376.581)	-	39.906
Total de Opções a Exercer						37,22	416.487	-	(376.581)	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	(11.687)	478.937
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	(21.339)	719.023
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	(12.577)	316.604
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	(16.016)	399.914
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	(33.483)	343.433
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	(30.280)	329.711
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	(22.255)	467.871
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	(61.009)	1.879.978
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	(10.121)	1.575.420
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	(35.004)	704.604
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	(33.483)	343.393
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	(30.810)	329.152
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	(62.161)	1.878.790
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	(10.360)	1.575.137
Total de Opções em Aberto							8.789.308	3.171.038	-	(390.585)	11.569.761
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795	3.171.038	(376.581)	(390.585)	11.609.667
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					23,15	37,16	64.323.249	13.034.148	(3.622.788)	(2.200.046)	71.534.563

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			Anterior				30/06/2012
			31/12/2011				
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	-	-	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	-	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	(5.533)	(11.834)	406.796
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	(11.834)	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	(444.040)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	(8.679)	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	(8.678)	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	(4.671)	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	(4.671)	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	(4.671)	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	(449.573)	(55.038)	3.331.839

Nº	Período de Carência		Saldo em	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			31/12/2010				30/06/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	-	-	114.980
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	-	114.969
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	-	114.958
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	-	10.221
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	-	3.972
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	-	424.172
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	-	-	2.992.048

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Nº	Outorga		Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
	Data	Carência até						
Opções Simples								
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	11,06	2,97%	5,25%	30,32%
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	11,57	2,97%	5,25%	30,32%
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	29,70	11,57	3,07%	3,91%	29,93%
Opções dos Sócios (*)								
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	29,57	27,66	3,07%	-	-
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	29,57	28,05	3,07%	-	-
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	29,57	27,22	3,07%	-	-
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	29,57	26,01	3,07%	-	-
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	29,57	26,39	3,07%	-	-
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	29,57	25,59	3,07%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 30/06/2012 foi de R\$ (88) (R\$ (80) de 01/01 a 30/06/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	30/06/2012	30/06/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	194	155
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(217)	(139)
Efeito na Venda (*)	(23)	16

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

NOTA 22 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.365	2.285	3.300	4.349
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	289	205	587	403
Aplicações em Mercado Aberto	2.116	2.466	4.982	4.872
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.243	4.165	6.625	7.345
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	779	503	1.835	1.323
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	142	84	219	210
Operações de Crédito	16.038	14.205	31.566	27.752
Outros Ativos Financeiros	557	235	764	488
Total	23.529	24.148	49.878	46.742

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Despesas de Operações Compromissadas	(4.395)	(5.668)	(9.569)	(10.436)
Depósitos	(1.941)	(3.073)	(5.724)	(6.077)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.198)	(1.125)	(2.972)	(2.315)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.301)	(894)	(2.880)	(1.783)
Recursos de Mercados Institucionais	(3.864)	(1.286)	(4.925)	(2.437)
Outros	(8)	-	(20)	-
Total	(12.707)	(12.046)	(26.090)	(23.048)

c) Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, incluindo a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil	(838)	(445)	(10)	(344)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	4	4	9	10
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	172	120	389	304
Total	(662)	(321)	388	(30)

NOTA 23 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Serviços de Contas Correntes	1.301	1.192	2.551	2.375
Taxas de Administração	516	832	1.027	1.332
Comissões de Cobrança	294	231	567	489
Comissões de Cartões de Crédito	2.009	1.853	4.013	3.541
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	279	345	562	684
Comissão de Corretagem	68	126	131	249
Outros	272	255	550	492
Total	4.739	4.834	9.401	9.162

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	40	139	52	184
Recuperação de Despesas	44	93	74	128
Reversão de Provisões	29	4	75	149
Outros	77	56	140	153
Total	190	292	341	614

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Despesas de Pessoal	(3.529)	(3.203)	(6.980)	(6.420)
Remuneração	(1.575)	(1.500)	(3.142)	(2.804)
Encargos	(522)	(491)	(1.041)	(986)
Benefícios Sociais	(302)	(308)	(603)	(702)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria (Nota 28)	110	25	173	63
Benefício Definido	98	17	141	56
Contribuição Definida	12	8	32	7
Plano de Opções de Ações (Nota 20d)	(48)	(46)	(88)	(80)
Treinamento	(68)	(70)	(123)	(119)
Participações de Empregado nos Lucros	(647)	(449)	(1.280)	(1.172)
Desligamentos	(139)	(112)	(285)	(173)
Provisão Trabalhista (Nota 31)	(338)	(252)	(591)	(447)
Despesas Administrativas	(3.240)	(3.032)	(6.302)	(5.917)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(882)	(881)	(1.752)	(1.705)
Serviços de Terceiros	(815)	(753)	(1.583)	(1.430)
Instalações	(277)	(235)	(512)	(419)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(268)	(224)	(457)	(443)
Despesas de Aluguéis	(235)	(227)	(476)	(447)
Transportes	(125)	(144)	(256)	(283)
Materiais	(101)	(111)	(217)	(219)
Despesas com Serviços Financeiros	(134)	(91)	(250)	(226)
Segurança	(130)	(119)	(263)	(240)
Concessionárias de Serviços Públicos	(76)	(72)	(154)	(153)
Despesas de Viagem	(51)	(47)	(90)	(87)
Outros	(146)	(128)	(292)	(265)
Depreciação	(358)	(287)	(669)	(569)
Amortização	(217)	(245)	(419)	(486)
Despesas de Comercialização de Seguros	(305)	(271)	(585)	(563)
Outras Despesas	(1.824)	(1.542)	(3.438)	(3.248)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(485)	(448)	(918)	(940)
Reembolso relativo à Aquisições	(7)	(18)	(18)	(108)
Perdas com fraudes com Terceiros	(187)	(177)	(378)	(332)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(349)	(39)	(368)	(73)
Liquidação de Contingências	(58)	(183)	(209)	(436)
Provisões Cíveis (Nota 31)	(457)	(361)	(945)	(725)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(37)	(118)	(79)	(231)
Ressarcimento de custos interbancários	(51)	(48)	(103)	(94)
Redução a valor Recuperável (Notas 14 e 15)	6	(16)	6	(16)
Outros	(199)	(134)	(426)	(293)
Total	(9.473)	(8.580)	(18.393)	(17.203)

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um tributo sobre o lucro adicional ao imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.374	4.429	8.707	9.804
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(1.349)	(1.771)	(3.482)	(3.921)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:				
Resultado de Participação sobre o Lucro abrangente de Empresas não Consolidadas	17	(69)	27	(52)
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	532	(294)	263	(456)
Juros sobre o Capital Próprio	470	420	935	838
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa	76	116	124	187
Outras	208	673	233	733
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(46)	(925)	(1.900)	(2.671)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	30/06/2012
Refletido no Resultado	28.466	(5.936)	8.274	30.804
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	4.188	(782)	1.824	5.230
Créditos de Liquidação Duvidosa	12.889	(2.535)	4.224	14.578
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	302	(302)	384	384
Ágio na Aquisição do Investimento	4.261	(938)	52	3.375
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.417	(2)	109	1.524
Provisões para Passivos Contingentes	2.766	(344)	564	2.986
Ações Cíveis	1.185	(184)	270	1.271
Ações Trabalhistas	984	(93)	145	1.036
Fiscais e Previdenciárias	577	(66)	149	660
Outros	20	(1)	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	11	(3)	1	9
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	249	-	3	252
Outros	2.383	(1.030)	1.113	2.466
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	344	(98)	-	246
Total (*)	28.810	(6.034)	8.274	31.050

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 24.417 (R\$ 22.745 em 31/12/2011) e R\$ 3.299 (R\$ 4.319 em 31/12/2011).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2012
Refletido no Resultado	9.885	(1.953)	1.185	9.117
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.560	(1.541)	289	6.308
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	78	-	149	227
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	83	(1)	181	263
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	175	(175)	154	154
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	806	(63)	157	900
Planos de Pensão	594	-	84	678
Outros	589	(173)	171	587
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	499	-	316	815
Total (*)	10.384	(1.953)	1.501	9.932

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 24.417 (R\$ 22.745 em 31/12/2011) e R\$ 3.299 (R\$ 4.319 em 31/12/2011).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos				Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		%
2012	8.484	33%	515	10%	8.999	29%	(2.471)	25%	6.528	31%
2013	4.845	19%	1.543	30%	6.388	21%	(2.419)	24%	3.969	19%
2014	4.238	16%	1.518	29%	5.756	19%	(2.069)	21%	3.687	17%
2015	2.684	10%	1.405	27%	4.089	13%	(869)	9%	3.220	15%
2016	2.321	9%	249	5%	2.570	8%	(708)	51%	1.862	9%
Acima de 2016	3.248	13%	-	0%	3.248	10%	(1.396)	14%	1.852	9%
Total	25.820	100%	5.230	100%	31.050	100%	(9.932)	100%	21.118	100%
Valor Presente (*)	23.186		4.762		27.948		(8.875)		19.073	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido	3.122	3.322	6.407	6.795
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os estatutos	(50)	(50)	(50)	(50)
Subtotal	3.072	3.272	6.357	6.745
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)	(50)	(50)
Subtotal	3.022	3.222	6.307	6.695
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionalis:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.531	1.625	3.196	3.373
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.491	1.597	3.111	3.322
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.581	1.675	3.246	3.423
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.541	1.647	3.161	3.372
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.273	2.289.284.300	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.229.512.155	2.250.828.771	2.228.656.410	2.254.395.359
Lucro por Ação - Básico - R\$				
Ações Ordinárias	0,69	0,73	1,42	1,50
Ações Preferenciais	0,69	0,73	1,42	1,50

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.541	1.647	3.161	3.372
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	9	5	18	9
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.550	1.652	3.179	3.381
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.581	1.675	3.246	3.423
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(9)	(5)	(18)	(9)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.572	1.670	3.228	3.414
Média Ponderada Ajustada de Ações				
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.273	2.289.284.300	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.253.952.133	2.263.480.854	2.252.569.484	2.266.032.374
Ações Preferenciais	2.229.512.155	2.250.828.771	2.228.656.410	2.254.395.359
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	24.439.978	12.652.083	23.913.074	11.637.015
Lucro por Ação Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,69	0,73	1,41	1,49
Ações Preferenciais	0,69	0,73	1,41	1,49

O efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 8.067.888 ações preferenciais em 30/06/2012 e 8.665.281 ações preferenciais em 30/06/2011.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do IAS 19, são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, e aos procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os funcionários contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano de Benefícios Prebeg (1) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3) (4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável.

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal, e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2012	30/06/2011
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32% a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (2)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (3)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(2) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual resultou em média 2,4 % a.a. na experiência 2008/2010.

(3) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	Meta 2012
Títulos de Renda Fixa	11.217	10.341	91,75%	87,84%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	629	1.051	5,15%	8,93%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	15	14	0,12%	0,12%	0% a 10%
Imóveis	341	344	2,79%	2,92%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	0,19%	0,20%	0% a 5%
Total	12.225	11.773	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Plano de Benefício Definido incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta com um valor justo de R\$ 474 (R\$ 531 em 31/12/2011), e imóveis alugados a empresas do conglomerado com um valor justo de R\$ 293 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	30/06/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.225	11.773
2- Passivos Atuariais	(10.613)	(10.413)
3- Superveniência (1-2)	1.612	1.360
4- Restrição do Ativo (*)	(1.354)	(1.263)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	258	97
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 19a)	450	342
Valor Reconhecido no Passivo	(192)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquidos dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	30/06/2012			31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.773	(10.413)	1.360	11.229	(9.871)	1.358
Inclusão do Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	651	-	651	1.342	-	1.342
Custo Serviço Corrente	-	(42)	(42)	-	(91)	(91)
Custo dos Juros	-	(493)	(493)	-	(930)	(930)
Benefícios Pagos	(336)	336	-	(601)	601	-
Contribuições Patrocinadora	21	-	21	42	-	42
Contribuições Participantes	7	-	7	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	109	-	109	(216)	(151)	(367)
Valor Presente Final do Período	12.225	(10.613)	1.612	11.773	(10.413)	1.360

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 760 (R\$ 1.126 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	12.225	11.773	11.229	14.817	12.493
Passivos Atuariais	(10.613)	(10.413)	(9.871)	(11.234)	(11.264)
Superveniência	1.612	1.360	1.358	3.583	1.229
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	109	(216)	703	1.067	(979)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	-	(151)	(886)	162	(823)

Os números relativos aos anos 2007 a 2009, determinados com base nas normas brasileiras equivalentes ao IAS 19, são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	30/06/2012	30/06/2011
Custo do Serviço Corrente	(42)	(47)
Custo de Juros	(493)	(467)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	651	673
Efeito na restrição do Ativo	(91)	(107)
Ganho/(Perda) no Exercício	109	-
Contribuições de Participantes	7	4
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período	141	56

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$21(R\$ 16 de 01/01 a 30/06/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 39.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	646
2013	673
2014	697
2015	721
2016	746
2017 a 2021	4.119

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido no ativo é de R\$ 1.475 (R\$ 1.443 de 01/01 a 31/12/2011) (Nota 19a).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição Definida inclui os seguintes componentes para:

	30/06/2012	30/06/2011
Aportes/Contribuições	(75)	(74)
Ganho/Perda Atuarial	107	(1)
Efeito na Restrição do Ativo	-	82
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Período	32	7

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 97 (R\$ 93 em 30/06/2011), sendo R\$ 75 (R\$ 74 em 30/06/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

	30/06/2012	31/12/2011
No Início do Período	(120)	(105)
Custo de Juros	(6)	(10)
Benefícios Pagos	3	6
Perda Atuarial	-	(11)
No Final do Período	(123)	(120)

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e as perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	6
2013	7
2014	7
2015	8
2016	8
2017 a 2021	50

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,3	86,9	1,5	1,5
Compreensivo Empresarial	46,5	49,4	17,0	14,9
Vida em Grupo	46,3	40,4	10,3	11,3
Prestamista	21,4	23,0	19,2	26,0
Extensão de Garantia - Patrimonial	19,0	20,6	64,6	65,8
Acidentes Pessoais Coletivo	9,0	8,1	34,1	46,6

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
VGBL	7.094	4.522	-	-	7.094	4.522
PGBL	689	655	-	-	689	655
Extensão de Garantia - Patrimonial	658	673	-	-	658	673
Vida em Grupo	641	548	(22)	(8)	619	540
Acidentes Pessoais Coletivo	318	323	(1)	(1)	317	322
Riscos de Petróleo	239	155	(206)	(127)	33	28
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	227	176	-	-	227	176
Tradicional	202	170	-	-	202	170
Prestamista	195	227	-	-	195	227
Riscos Nomeados e Operacionais	182	139	(129)	(106)	53	33
Compreensivo Empresarial	109	90	(22)	(14)	87	76
Riscos Diversos	89	91	(4)	(9)	85	82
Doenças Graves ou Terminais	65	51	-	-	65	51
Seguro Habitacional Mercado Prestamista	60	40	(6)	(4)	54	36
Responsabilidade Civil Geral	60	47	(24)	(16)	36	31
Acidentes Pessoais Individual	58	56	-	-	58	56
Riscos de Engenharia	48	36	(43)	(31)	5	5
Rendas de Eventos Aleatórios	45	38	-	-	45	38
Vida Individual	9	10	-	-	9	10
Demais Ramos	419	407	(135)	(101)	284	306
Total	11.407	8.454	(592)	(417)	10.815	8.037

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes mas não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados;
- **Outras Provisões** - Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada atuariamente a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a provisão para despesas administrativas constituída de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica resgates e/ou outros valores a regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
	Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	3.399	839	7.043	11.281	16.681	1.706	9.936	28.323
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.197)	-	-	(3.197)	(15.694)	-	-	(15.694)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.056)	(33)	(1)	(1.090)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	1.364	-	-	1.364	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(2)	(529)	(2.353)	(2.884)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	210	26	236	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	876	1.997	2.874	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	170	16	7	193	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	8.288	22.272	49.121	79.681	7.609	20.893	42.402	70.904

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	18	17	69.989	61.953	70.007	61.970
Prêmios não Ganhos	3.233	3.026	-	-	3.233	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	2.598	2.297	-	-	2.598	2.297
IBNR (*)	808	712	11	10	819	722
Insuficiência de Prêmios	341	313	-	-	341	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	715	692	715	692
Excedente Financeiro	2	2	495	475	497	477
Outras (Nota 29c I)	1.288	1.242	183	165	1.471	1.407
Total	8.288	7.609	71.393	63.295	79.681	70.904

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR está demonstrada na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	14
Amortizações	(19)
Saldo em 30/06/2012	2.059
Saldo a amortizar até 12 meses	1.513
Saldo a amortizar após 12 meses	546
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na nota 29I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 30/06/2012.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 30/06/2012:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.793
Operações DPVAT	459
Retrocessão e Outras Estimativas	165
Total da Provisão (*)	3.417

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	994	1.903	1.298	2.211	1.562	1.868	1.845	1.916	
1 ano depois	994	1.909	1.353	2.368	1.655	1.860	1.957	-	
2 anos depois	1.000	1.919	1.397	2.309	1.615	1.776	-	-	
3 anos depois	1.010	2.035	1.386	2.288	1.604	-	-	-	
4 anos depois	1.029	2.002	1.381	2.351	-	-	-	-	
5 anos depois	1.023	1.996	1.378	-	-	-	-	-	
6 anos depois	1.013	1.992	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois	998	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	998	1.992	1.378	2.351	1.604	1.776	1.957	1.916	13.972
Pagamentos acumulados até a data base	949	1.929	1.312	2.153	1.443	1.463	1.476	795	11.520
Passivo reconhecido no balanço	49	63	66	198	161	313	481	1.121	2.452
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									341
Total do passivo incluso no balanço									2.793

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.347
Operações DPVAT	459
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.611
Total da Provisão (*)	3.417

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	Total
No final do ano de divulgação	774	811	923	1.052	1.150	1.174	1.303	1.344	
1 ano depois	774	832	968	1.118	1.219	1.188	1.241	-	
2 anos depois	779	839	994	1.122	1.189	1.170	-	-	
3 anos depois	786	867	997	1.112	1.050	-	-	-	
4 anos depois	796	873	978	1.000	-	-	-	-	
5 anos depois	801	858	894	-	-	-	-	-	
6 anos depois	792	845	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois	782	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	782	845	894	1.000	1.050	1.170	1.241	1.344	8.326
Pagamentos acumulados até a data base	751	804	840	930	952	1.060	1.055	725	7.117
Passivo reconhecido no balanço	31	41	54	70	98	110	186	619	1.209
Passivo em relação a anos anteriores a 2005									138
Total do passivo incluso no balanço									1.347

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – “*Insurance contracts*”, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos para os planos de seguros seguem a Circular SUSEP 410; enquanto que, para os planos de previdência os critérios de agrupamento de riscos foram modificados neste exercício e consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira. Se aplicássemos este mesmo critério de agrupamento no exercício anterior, o resultado do teste teria indicado R\$ 13,6 milhões de insuficiência e não os R\$ 24 milhões apresentados.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de chain ladder com periodicidade trimestral.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	1	1
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	14	14
Cenário com acréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	2	2
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	30/06/2012			30/06/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	658	658	100,0	673	673	100,0
Prestamista	195	195	100,0	227	227	100,0
DPVAT	227	227	100,0	176	176	100,0
Riscos Diversos	89	85	95,5	91	82	90,1
PESSOAS						
Vida em Grupo	641	619	96,6	548	540	98,5
Acidentes Pessoais Coletivo	318	317	99,7	323	322	99,7
Acidentes Pessoais Individual	58	58	100,0	56	56	100,0
Vida Individual	9	9	100,0	10	10	100,0
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	182	53	29,1	139	33	23,7
Riscos de Petróleo	239	33	13,8	155	28	18,1
Riscos de Engenharia	48	5	10,4	36	5	13,9

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 35);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation Risk*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	30/06/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil (R\$ Milhões)	DV01 (R\$ Mil)	Saldo Contábil (R\$ Milhões)	DV01 (R\$ Mil)
Título Público				
NTN-C	2.680	(2,92)	2.766	(2,70)
NTN-B	1.279	(1,76)	1.400	(1,30)
NTN-F	7	(0,00)	28	-
LTN	173	(0,01)	-	-
Futuro DI	158	(0,00)	-	-
Título privado				
Indexado a IGPM	147	(0,01)	141	-
Indexado a IPCA	270	(0,20)	224	(0,20)
Indexado a PRE	79	(0,00)	93	-
Ativos pós-fixados	5.588	-	5.607	-
Compromissadas Over	4.911	-	6.433	-
Total	15.292	(4,90)	16.692	(4,20)

A coluna DV01 é o impacto para o movimento de +0,01% (1 ponto-base) na taxa do indexador. No caso, como as posições são ativas, o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	30/06/2012		31/12/2011		Ativo	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.638	16	1.690	12	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.638	2	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	260	189	233	187	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	260	2	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.346	16	1.401	19	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.346	2	1.401	7
Outras Provisões	326	-	303	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	326	2	303	-
Subtotal	3.570		3.627		Subtotal	3.570		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	47	121	43	125	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	47	2	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	1.024	121	977	126	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.024	130	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	65.508	99	57.626	109	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	65.508	14	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.474	117	3.365	116	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.474	106	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	716	118	692	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	716	106	692	109
Excedente Financeiro	496	118	477	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	496	106	477	109
Subtotal	71.265		63.180		Subtotal	71.265		63.180	
Total Reservas Técnicas	74.835		66.807		Total Ativos Garantidores	74.835		66.807	

(*) DU = Duration em meses.

(1) Valor Líquido de Direito Creditório.

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

Nas operações de resseguro, a política interna proíbe a concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detém a maior parcela de nossas operações não excede 35,37% do total. Observamos também as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, com relação à “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	558	926
Sinistros a Recuperar	12	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	11	32	(419)	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	10	32
Outras Constituições / Reversões	1	(46)	-	-
Saldo Final	238	214	462	313

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	30/06/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	1.511	1.394
Prêmios de Resseguros	621	535
Comissão de Resseguros	(57)	(58)
Saldo Final	2.075	1.871

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	469	615
Sinistros Pagos	(354)	(101)
Outras Constituições / Reversões	2	(305)
Saldo Final	1.511	1.394

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	534	814
Reversões	(448)	(683)
Saldo Final	621	535

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	30/06/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(30)	(50)
Reversões	31	51
Saldo Final	(57)	(58)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do Mercado Segurador, divulgou em 06/12/2010 a resolução CNSP nº 227 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e pela circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e de previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimentos do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) individual das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido. As seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresentam capital excedente em relação ao mínimo regulatório em R\$ 1.464 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 660 (R\$ R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	87.523	87.523	108.721	108.721
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.881	24.928	27.821	27.849
Aplicações no Mercado Aberto	97.645	97.645	92.248	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	125.612	125.612	121.889	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	209	209	186	186
Derivativos (*)	11.197	11.197	8.754	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	60.799	60.799	47.510	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.116	4.087	3.105	3.713
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	332.480	334.713	322.391	323.021
Outros Ativos Financeiros	41.266	41.266	40.254	40.254
Passivos Financeiros				
Depósitos	234.975	234.989	242.636	242.554
Captação no Mercado Aberto	183.747	183.747	185.413	185.413
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	629	629	2.815	2.815
Derivativos (*)	9.178	9.178	6.747	6.747
Recursos de Mercados Interbancários	94.678	94.537	90.498	90.350
Recursos de Mercados Institucionais	58.548	58.182	54.807	54.807
Passivos de Planos de Capitalização	2.872	2.872	2.838	2.838
Outros Passivos Financeiros	45.247	45.247	44.119	44.119

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 35) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas no total de R\$ 56.611 (R\$ 51.530 em 31/12/2011) com o valor justo estimado de R\$ 715 (R\$ 695 em 31/12/2011).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- Futuros e Termo: Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps.

- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAU UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecida pelo ITAU UNIBANCO HOLDING na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto (*standby*) e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos/passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4g e apresentado nas Notas 07 e 30 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o IFRS, o ITAU UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os

preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de precificação em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), notas promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2012 e 31/12/2011 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	98.542	26.801	269	125.612	100.041	21.558	290	121.889
Fundos de investimento	-	1.848	-	1.848	-	1.339	-	1.339
Títulos públicos do governo brasileiro	93.247	187	-	93.434	93.727	187	-	93.914
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	1.227	-	-	1.227	910	-	-	910
Títulos públicos - outros países	562	311	-	873	722	80	-	802
Argentina	104	-	-	104	225	-	-	225
Estados Unidos	311	-	-	311	292	-	-	292
México	140	-	-	140	205	-	-	205
Chile	-	129	-	129	-	50	-	50
Uruguai	-	36	-	36	-	27	-	27
Colômbia	-	143	-	143	-	-	-	-
Outros	7	3	-	10	-	3	-	3
Títulos de empresas	3.506	24.455	269	28.230	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	1.735	-	-	1.735	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	24	-	24	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	5.840	-	5.840	-	7.820	-	7.820
Debêntures	1.762	1.815	-	3.577	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	9	1.622	-	1.631	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	269	269	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	14.290	-	14.290	-	8.973	-	8.973
Outros	-	864	-	864	-	563	-	563
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26.402	31.990	2.407	60.799	20.988	24.926	1.596	47.510
Fundos de investimento	-	788	-	788	-	806	-	806
Títulos públicos do governo brasileiro	11.181	37	262	11.480	12.120	45	259	12.424
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	10.562	-	-	10.562	5.906	-	-	5.906
Títulos públicos - outros países	237	5.788	-	6.025	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	198	-	-	198	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.445	-	1.445	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coreia	-	1.672	-	1.672	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	2.109	-	2.109	-	995	-	995
Paraguai	-	240	-	240	-	344	-	344
Uruguai	-	294	-	294	-	268	-	268
Outros	39	28	-	67	-	37	-	37
Títulos de empresas	4.422	25.377	2.145	31.944	2.951	19.769	1.337	24.057
Ações negociáveis	1.746	1.796	-	3.542	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.507	1.179	8.686	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	308	-	308	-	274	-	274
Debêntures	2.676	7.334	-	10.010	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	-	4.776	-	4.776	40	3.598	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	966	966	-	-	646	646
Letras Financeiras	-	2.858	-	2.858	-	-	-	-
Outros	-	798	-	798	-	271	-	271
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	-	209	-	186	-	186
Títulos públicos do governo brasileiro	-	209	-	209	-	186	-	186
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	629	-	629	-	2.815	-	2.815
Notas Estruturadas	-	629	-	629	-	2.815	-	2.815

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2012 e 31/12/2011 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/06/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	586	10.198	413	11.197	17	7.832	905	8.754
Opções	-	2.302	208	2.510	-	1.755	688	2.443
Termo	-	3.391	8	3.399	-	2.326	4	2.330
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.393	21	3.414	-	2.732	18	2.750
Verificação de Swap	-	3	-	3	-	4	-	4
Derivativos de Crédito	-	935	-	935	-	399	-	399
Futuros	586	(6)	3	583	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	180	173	353	-	607	195	802
Derivativos - Passivo	-	(8.946)	(232)	(9.178)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Opções	-	(2.427)	(208)	(2.635)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(2.111)	(7)	(2.118)	-	(1.136)	(8)	(1.144)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(4.128)	(17)	(4.145)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(171)	-	(171)	-	(110)	-	(110)
Outros Derivativos	-	(107)	-	(107)	-	(87)	-	(87)

Mensuração de Valor justo de Nível 2 baseado em serviços de precificação e corretoras

Quando informações de precificação não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de precificação, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de precificação que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 59.000 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 30 de junho de 2012, foi usado o serviço de precificação ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 15.547 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos globais e corporativos:** O processo de precificação destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	13	20	(54)	-	269	-
Títulos de empresas	290	13	20	(54)	-	269	-
Notas Promissórias	290	13	20	(54)	-	269	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	91	1.144	(424)	-	2.407	467
Títulos públicos do governo brasileiro	259	3	-	-	-	262	(80)
Títulos de empresas	1.337	88	1.144	(424)	-	2.145	547
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	365	-	-	1.179	547
Notas Promissórias	646	(35)	779	(424)	-	966	-

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	371	263	(1.126)	-	413	78
Opções	688	29	180	(689)	-	208	78
Swaps - Diferencial a Receber	18	(3)	8	(2)	-	21	4
Termo	4	-	7	(3)	-	8	1
Futuros	-	-	3	-	-	3	-
Outros Derivativos	195	345	65	(432)	-	173	(5)
Derivativos - Passivo	(700)	25	(78)	521	-	(232)	(108)
Opções	(676)	27	(74)	515	-	(208)	(92)
Termo	(8)	-	(4)	5	-	(7)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	1	-	(17)	(16)

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swaps - Diferencial a Receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexadas a ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2012 e 31/12/2011.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

(Valores em milhões de R\$)

Sensibilidade - Operações Nível III		30/06/2012	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(1,1)
	II	(1,1)	(28,3)
	III	(2,2)	(55,9)
Moedas, Commodities e Índices	I	(0,4)	-
	II	(0,9)	-
Não Lineares	I	(5,6)	-
	II	(5,7)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	30/06/2012	31/12/2011
Cíveis	3.365	3.166
Trabalhistas	4.185	4.014
Fiscais e Previdenciárias	9.233	8.645
Outros	174	165
Total	16.957	15.990
Circulante	1.060	3.140
Não Circulante	15.897	12.850

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.637 (R\$ 603 em 31/12/2011), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- **Ações Trabalhistas**

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não há contingências de ações trabalhistas não incluídas no balanço.

- **Outros Riscos**

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/06/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.166	4.014	165	7.345
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
Atualização/Encargos (Nota 25)	76	58	-	134
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	<u>869</u>	<u>533</u>	<u>9</u>	<u>1.411</u>
Constituição (*)	1.073	557	10	1.640
Reversão	(204)	(24)	(1)	(229)
Pagamento	(738)	(394)	-	(1.132)
Subtotal	3.236	3.281	174	6.691
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	129	904	-	1.033
Saldo Final	3.365	4.185	174	7.724
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2012 (Nota 19a)	2.069	2.470	-	4.539

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 141.

	01/01 a 30/06/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	2.974	3.986	173	7.133
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(310)	(1.113)	-	(1.423)
Subtotal	2.664	2.873	173	5.710
Atualização/Encargos (Nota 25)	51	52	-	103
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	<u>674</u>	<u>395</u>	<u>(10)</u>	<u>1.059</u>
Constituição (*)	879	477	-	1.356
Reversão	(205)	(82)	(10)	(297)
Pagamento	(554)	(328)	-	(882)
Subtotal	2.835	2.992	163	5.990
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	224	1.090	-	1.314
Saldo Final	3.059	4.082	163	7.304
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2011	1.851	2.386	-	4.237

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 265.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Saldo Inicial	8.645	7.257
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(57)	(44)
Subtotal	8.588	7.213
Atualização/Encargos (1)	466	281
Movimentação do Período Refletida no Resultado	173	476
Constituição (1)	324	535
Reversão (1)	(151)	(59)
Pagamento	(53)	(43)
Subtotal	9.174	7.927
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	59	12
Saldo Final (2)	9.233	7.939

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 10.

Depósitos em Garantias	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	5.178	4.683
Apropriação de Rendas	214	215
Movimentação do Período	<u>177</u>	<u>134</u>
Depositados	207	163
Levantamentos Efetuados	(29)	(20)
Conversão em Renda	(1)	(9)
Saldo Final (Nota 19a)	5.569	5.032
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências	(895)	-
Saldo Final após a Reclassificação	4.674	5.032

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 3.183: defende-se a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.094.
- CSLL - Isonomia – R\$ 1.641 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discute-se a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defende-se a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 356.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 505: discute-se a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 463.
- PIS – R\$ 380 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 109.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 7.397, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.370: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 926: defende-se a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 857: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 448: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 402: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL – Lucros disponibilizados no exterior R\$ 314: Aplicação da norma fiscal brasileira (lucro real) – IN 213/2002 e a não disponibilização de lucros com a mera transferência de capital entre investidas da Holding.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 716 (R\$ 626 em 31/12/2011) (Nota 19a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	30/06/2012	30/06/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.452	1.544
Depósitos em Garantia (Nota 19a)	4.344	3.339

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observa-se que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

NOTA 32 – CAPITAL REGULATÓRIO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.
- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basileia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e
- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	30/06/2012		31/12/2011	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral
Capital Regulamentar				
Nível 1	74.702	75.267	71.052	71.601
Nível 2	27.561	27.561	21.564	21.565
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(309)	(309)	(55)	(55)
Total	101.954	102.519	92.561	93.111
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	61.229	60.038	59.189	57.629
De Mercado	2.210	2.244	1.079	1.076
Operacional	3.963	4.394	3.460	3.851
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	67.402	66.676	63.728	62.556
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	34.552	35.843	28.833	30.555
Exposição Ponderada pelo Risco	612.750	606.149	579.338	568.693
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	16,6	16,9	16,0	16,4

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R\$
CDB Subordinado				
	2002	2012	102,5% do CDI	200
	2007	2012	103,8% do CDI	93
			100% do CDI + 0,35% a 0,45%	732
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278
	2008	2013	100% do CDI + 0,5% a 0,6%	1.558
			106% a 107% do CDI	48
	2003	2013	102% do CDI	40
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	1.865
			IGPM + 7,35%	33
	2008	2014	112% do CDI	1.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400
	2010	2015	113% do CDI	50
	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	466
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.665
			IPCA + 7,33%	123
	2010	2017	IPCA + 7,45%	367
			TOTAL	9.918
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365
			112% a 112,5% do CDI	1.874
			IPCA + 7%	30
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.224
			IPCA + 6,15% a 7,8%	352
			IGPM + 6,55% a 7,6%	138
			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650
	2011	2018	IGPM + 7%	42
			IPCA + 7,53% a 7,7%	30
	2012	2018	IPCA + 5,76% a 6,58%	426
			100% do CDI + 1,1% a 1,32%	1.108
			109% a 112,5% do CDI	1.940
			PRÉ 12,2%	12
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	2012	2019	PRÉ 12,2%	12
			IPCA + 5,83% a 6,14%	21
			110% do CDI	1
	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	20
			111% do CDI	1
	2011	2021	109,25 a 110,5% do CDI	6
	2012	2022	IPCA + 5,83%	60
			TOTAL	13.520
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,2%	1.731
	2010	2021	5,75%	1.694
	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.167
	2012	2021	6,2%	957
	2012	2022	5,65%	2.250
			TOTAL	7.799

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os quatro segmentos operacionais e de reporte do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Atividade com Mercado + Corporação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Itaú Unibanco - Banco Comercial**

O segmento Banco Comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com alto patrimônio (*private bank*), pequenas empresas e empresas de médio porte.

Os produtos e serviços prestados pelo Banco Comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender as necessidades de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, busca-se constantemente ampliar o número de produtos oferecidos aos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de funding para as operações e geram significativas receitas financeiras e de prestação de serviços bancários.

- **Itaú Unibanco - Itaú BBA**

O Itaú BBA é o segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pelos serviços de banco de investimento. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

- **Itaú Unibanco - Crédito ao Consumidor**

O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas. Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para cliente não correntista e a oferta de crédito para população de baixa renda. A estrutura de negócios da operação de financiamento de veículos está apoiada em: Veículos Novos, Veículos Usados, Veículos Pesados e Motos. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos clientes, valendo-se da internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

- **Itaú Unibanco – Atividade com Mercado + Corporação**

O segmento Atividade com Mercado + Corporação gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da atividade de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (*mark to market*) de ativos financeiros. Neste segmento, apresentam-se também os resultados dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento de impactos relacionados à alocação de capital aos segmentos, por meio de um modelo proprietário, e (ii) da apresentação da margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Os principais ajustes são descritos em detalhes, conforme abaixo:

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por *funding* a preços de mercado, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos diferentes segmentos, baseadas no capital Nível 1, segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foi alocado ao segmento corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1 (*Tier 1*). O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem Financeira

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Não se utiliza o método do hedge contábil na contabilização desses derivativos, e sim, a avaliação pelo valor justo com ganhos e perdas refletidos no resultado.

A estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados. Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, a demonstração de resultado gerencial é utilizada para a preparação da informação por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil. Reclassificam-se os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais estão considerados nas rubricas de Despesas Tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na Demonstração do Resultado contábil.

Além disso, a margem financeira gerencial possui para cada operação, alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Na coluna de ajustes e reclassificações, são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de junho de 2012
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	12.947	1.930	3.607	1.625	20.098	(857)	19.241
Margem Financeira (1)	8.382	1.395	2.146	1.537	13.470	(632)	12.838
Receita de Prestação de Serviços	2.991	555	1.450	88	5.078	(339)	4.739
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.449	10	7	-	1.466	8	1.474
Outras Receitas	125	(30)	4	-	84	106	190
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.887)	(212)	(1.356)	82	(5.373)	(25)	(5.398)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.235)	(221)	(1.545)	13	(5.988)	(24)	(6.012)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	859	9	189	69	1.126	-	1.126
Despesas com Sinistros	(511)	-	-	-	(511)	(1)	(512)
Margem Operacional	9.060	1.718	2.251	1.707	14.725	(882)	13.843
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(6.808)	(840)	(1.904)	(45)	(9.593)	(876)	(10.469)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(6.245)	(744)	(1.660)	(68)	(8.713)	(760)	(9.473)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(640)	(96)	(242)	(72)	(1.050)	22	(1.028)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	56	-	-	95	151	(119)	32
Outros Resultados	21	-	(2)	-	19	(19)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.252	878	347	1.662	5.132	(1.758)	3.374
Imposto de Renda e Contribuição Social	(653)	(274)	(46)	(367)	(1.340)	1.294	(46)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(214)	(207)	1	(206)
LUCRO LÍQUIDO	1.599	604	301	1.081	3.585	(463)	3.122

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 10.822, receita de dividendos R\$ 137, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ (662) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 2.541.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 358 e de amortização de R\$ 217.

Ativo Total ⁽¹⁾	651.736	207.759	92.459	66.114	888.809	(55.726)	833.083
Passivo Total	620.846	195.183	81.554	43.060	811.356	(57.167)	754.189

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	5	-	2.341	2.346	847	3.193
Imobilizado, Líquido	4.495	296	486	-	5.277	70	5.347
Intangível, Líquido	2.625	360	1.225	-	4.210	73	4.283

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de junho de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	11.636	1.726	3.669	945	17.967	912	18.879
Margem Financeira (1)	7.613	1.194	2.239	877	11.921	533	12.454
Receita de Prestação de Serviços	2.567	575	1.462	68	4.672	162	4.834
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.323	-	(44)	-	1.279	20	1.299
Outras Receitas	133	(43)	12	-	95	197	292
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.912)	(64)	(1.108)	(34)	(4.118)	(431)	(4.548)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.579)	(87)	(1.409)	(32)	(5.107)	(418)	(5.525)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.070	23	301	(2)	1.392	(11)	1.382
Despesas com Sinistros	(403)	-	-	-	(403)	(2)	(405)
Margem Operacional	8.724	1.662	2.561	911	13.849	481	14.331
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(6.045)	(768)	(2.172)	(104)	(9.090)	(812)	(9.902)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(5.432)	(679)	(1.922)	(253)	(8.287)	(293)	(8.580)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(643)	(90)	(250)	-	(983)	(143)	(1.126)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(21)	1	-	116	96	(292)	(196)
Outros Resultados	51	-	-	33	84	(84)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.679	894	389	807	4.759	(331)	4.429
Imposto de Renda e Contribuição Social	(881)	(299)	(65)	(4)	(1.249)	324	(925)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(203)	(193)	11	(182)
LUCRO LÍQUIDO	1.798	595	324	600	3.317	5	3.322

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.102, receita de dividendos R\$ 130, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ (321) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 543.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 287 e de amortização de R\$ 245.

Ativo Total - 31/12/2010 ⁽¹⁾	532.928	209.988	92.125	66.287	751.443	(24.361)	727.082
Passivo Total - 31/12/2010	511.868	197.266	84.214	43.589	687.052	(27.522)	659.530

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	1	-	2.058	2.059	889	2.948
Imobilizado, Líquido	3.661	232	835	-	4.728	73	4.801
Intangível, Líquido	2.321	11	602	-	2.934	-	2.934

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de junho de 2012
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	26.106	3.815	7.111	2.927	39.926	151	40.077
Margem Financeira (1)	17.014	2.753	4.245	2.752	26.776	611	27.387
Receita de Prestação de Serviços	5.952	1.117	2.855	174	10.082	(681)	9.401
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.917	14	(5)	1	2.927	21	2.948
Outras Receitas	223	(69)	16	-	141	200	341
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.932)	(237)	(2.655)	147	(10.677)	(55)	(10.732)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.601)	(300)	(3.077)	(42)	(12.020)	(55)	(12.075)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.645	63	422	189	2.319	-	2.319
Despesas com Sinistros	(976)	-	-	-	(976)	-	(976)
Margem Operacional	18.174	3.578	4.456	3.074	29.249	96	29.345
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(13.547)	(1.612)	(3.667)	(148)	(18.977)	(1.661)	(20.638)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(12.371)	(1.427)	(3.186)	(156)	(17.143)	(1.250)	(18.393)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.313)	(193)	(471)	(114)	(2.091)	(146)	(2.237)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	108	3	-	122	233	(241)	(8)
Outros Resultados	29	5	(10)	-	24	(24)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.627	1.966	789	2.926	10.272	(1.565)	8.707
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.402)	(636)	(131)	(577)	(2.746)	846	(1.900)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(433)	(397)	(3)	(400)
LUCRO LÍQUIDO	3.225	1.330	658	1.916	7.129	(722)	6.407

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 23.788, receita de dividendos R\$ 201, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 388 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.010.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 669 e de amortização de R\$ 419.

Ativo Total ⁽¹⁾	651.736	207.759	92.459	66.114	888.809	(55.726)	833.083
Passivo Total	620.846	195.183	81.554	43.060	811.356	(57.167)	754.189

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	5	-	2.341	2.346	847	3.193
Imobilizado, Líquido	4.495	296	486	-	5.277	70	5.347
Intangível, Líquido	2.625	360	1.225	-	4.210	73	4.283

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de junho de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	23.496	3.377	7.183	1.468	35.500	1.660	37.160
Margem Financeira (1)	15.640	2.345	4.318	1.341	23.635	1.193	24.828
Receita de Prestação de Serviços	5.090	1.084	2.839	128	9.139	23	9.162
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.493	0	10	(0)	2.503	53	2.556
Outras Receitas	274	(53)	17	-	223	391	614
Perdas com Créditos e Sinistros	(5.033)	(77)	(2.006)	(577)	(7.694)	(165)	(7.858)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.126)	(169)	(2.617)	(575)	(9.487)	(148)	(9.635)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.899	92	611	(2)	2.600	(19)	2.581
Despesas com Sinistros	(805)	-	-	-	(805)	1	(804)
Margem Operacional	18.464	3.300	5.177	891	27.806	1.495	29.302
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(12.192)	(1.411)	(4.207)	(43)	(17.852)	(1.646)	(19.498)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(10.897)	(1.259)	(3.720)	(379)	(16.254)	(949)	(17.203)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(1.287)	(187)	(486)	44	(1.918)	(246)	(2.164)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(68)	1	-	260	193	(324)	(131)
Outros Resultados	61	34	(1)	33	127	(127)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.272	1.889	971	849	9.954	(151)	9.804
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.144)	(629)	(221)	356	(2.637)	(34)	(2.671)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(386)	(362)	24	(338)
LUCRO LÍQUIDO	4.129	1.260	749	818	6.955	(160)	6.795

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 23.694, receita de dividendos R\$ 202, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ (30) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 962.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 569 e de amortização de R\$ 486.

Ativo Total - 31/12/2010 ⁽¹⁾	532.928	209.988	92.125	66.287	751.443	(24.361)	727.082
Passivo Total - 31/12/2010	511.868	197.266	84.214	43.589	687.052	(27.522)	659.530

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	1	-	2.058	2.059	889	2.948
Imobilizado, Líquido	3.661	232	835	-	4.728	73	4.801
Intangível, Líquido	2.321	11	602	-	2.934	-	2.934

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/04 a 30/06/2012			01/04 a 30/06/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira(*)	24.055	1.490	25.545	23.137	1.363	24.500
Ativos não Correntes	8.871	759	9.630	8.634	549	9.183

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

	01/01 a 30/06/2012			01/01 a 30/06/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira(*)	50.268	3.209	53.477	45.312	2.564	47.876
Ativos não Correntes	8.871	759	9.630	8.634	549	9.183

(*) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaúbanko, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas; e
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 12) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e BSF Holding S.A..

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Taxa Anual	ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
		ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)			
		30/06/2012	31/12/2011	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.779	1.836	38	46	83	88
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 7,94% a 13,79% Pré-fixada Média 9,69% Pré-fixada	573	619	13	13	28	25
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 7,90% a 13,16% Pré-fixada Média 9,33% Pré-fixada	187	236	3	9	8	16
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 12,07% Pré-fixada Média 12,07% Pré-fixada	1.019	981	22	24	47	47
Depósitos		(2)	(77)	-	-	(1)	(1)
Duratex S.A.		(2)	(2)	-	-	(1)	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(57)	-	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(18)	-	-	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	-	(1)
Captações no Mercado Aberto		(101)	(100)	(3)	-	(6)	(3)
Duratex S.A.		-	-	(1)	-	(1)	(1)
Elekeiroz S.A.		-	-	-	-	-	(1)
FIC Promotora de Venda Ltda.	100% da SELIC	(14)	(6)	-	-	-	-
Facilita Promotora S.A.	100% da SELIC	-	(7)	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da SELIC	(2)	(2)	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	9,65 a.a. % Pré-fixada	(18)	(14)	(1)	-	(1)	(1)
Maxfácil Participações S.A.		(67)	(64)	(1)	-	(3)	-
Outras		-	(7)	-	-	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas		(117)	(98)	-	-	-	-
Porto Seguro S.A.		7	11	-	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		4	-	-	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		(1)	(1)	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(1)	-	-	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		(4)	(1)	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco		1	-	-	-	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG		(7)	(9)	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV		(8)	(3)	-	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar		(24)	(19)	-	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(85)	(76)	-	-	-	-
Outras		1	-	-	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		-	-	17	6	28	27
Fundação Itaúbanco		-	-	6	5	12	10
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	-	1	2	2
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	-	1	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	-	-	1
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	(3)	-	(6)	1
Porto Seguro S.A.		-	-	12	-	15	11
Outras		-	-	2	-	4	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(8)	(9)	(19)	(19)
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	-	-	(1)
Fundação Itaúbanco		-	-	(7)	(7)	(14)	(13)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(1)	(2)	(4)	(4)
Paraná Companhia de Seguros		-	-	-	-	(1)	-
Outras		-	-	-	-	-	(1)
Despesas com Doações		-	-	(15)	(13)	(36)	(27)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(15)	(13)	(35)	(27)
Outras		-	-	-	-	(1)	-
Despesas de Processamento de Dados		-	-	(68)	-	(141)	(147)
Itautec S.A.		-	-	(68)	-	(141)	(147)
Outras Receitas		-	-	-	-	-	48
Itaúsa		-	-	-	-	-	48

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 5 (R\$ 5 de 01/01 a 30/06/2011) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade e apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; e apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e a preservação da herança cultural brasileira.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Remuneração	64	81	143	157
Conselho de Administração	2	1	3	3
Administradores	62	80	140	154
Participações no Lucro	52	72	80	107
Conselho de Administração	-	-	2	1
Administradores	52	72	78	106
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	5	1	6	4
Administradores	5	1	6	4
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	43	37	79	69
Total	164	191	308	337

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa à criação de valor para os acionistas, gerindo o retorno ajustado ao risco e mantendo a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico, *market share*, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos (antes da sua implementação) de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao Itaú Unibanco identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de validação e aprovação das políticas e modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios.

1. Mensuração do Risco de Crédito

Nos empréstimos o ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> c/PD maior a 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas, subordinadas à Comissão Superior de Crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada e independente, segregada das demais unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação. A gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio. O monitoramento para fins de gestão avalia a carteira detalhadamente podendo ser realizado de forma agregada (preferencialmente de acordo com os mesmos parâmetros utilizados nas políticas de crédito) ou em nível cliente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo de Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	30/06/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.444	13.437	24.881	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	96.712	933	97.645	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	120.252	5.360	125.612	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	209	-	186	186
Derivativos	11.197	-	11.197	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12.261	48.538	60.799	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.553	563	3.116	2.500	605	3.105
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	256.522	75.958	332.480	251.034	71.357	322.391
<i>Off Balance</i>	268.472	13.796	282.268	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	53.170	3.441	56.611	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	18.801	-	18.801	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	196.501	10.355	206.856	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.706	-	13.706	14.308	-	14.308
Cheque Especial	93.066	-	93.066	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	83.495	559	84.054	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	6.234	9.796	16.030	4.652	11.719	16.371
Total	779.413	158.794	938.207	739.510	153.935	893.445

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/06/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações em Instituições Financeiras, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 76,3% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 7,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/06/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	1.132	0,32%	1.990	0,57%
Indústria e Comércio	104.152	29,12%	99.859	28,85%
Serviços	76.198	21,30%	70.642	20,40%
Setor Primário	17.224	4,82%	16.109	4,65%
Outros Setores	933	0,26%	1.497	0,43%
Pessoa Física	158.053	44,18%	156.167	45,10%
Total	357.692	100,00%	346.264	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.620	0,50%	1.029	0,34%
Setor Público	131.805	40,75%	88.174	29,26%
Indústria e Comércio	8.487	2,62%	5.381	1,78%
Serviços	55.858	17,27%	72.281	23,97%
Outros Setores	3.146	0,97%	14.574	4,83%
Pessoa Física	17	0,01%	5	0,00%
Financeiras	122.526	37,88%	120.069	39,82%
Total	323.459	100,00%	301.513	100,00%

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2012				31/12/2011			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	233.079	5.443	-	238.522	221.315	5.800	-	227.115
Médio	61.998	10.571	-	72.569	63.763	10.921	-	74.684
Alto	16.902	9.096	-	25.998	16.910	8.703	-	25.613
<i>Impairment</i>	-	-	20.603	20.603	-	-	18.852	18.852
Total	311.979	25.110	20.603	357.692	301.988	25.424	18.852	346.264
%	87,2%	7,0%	5,8%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	75.010	45.745	14.731	12.534	148.020	73.354	49.320	14.467	10.986	148.127
Cartão de Crédito	19.381	11.817	2.960	2.619	36.777	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	8.651	16.646	8.565	4.587	38.449	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253
Veículos	32.618	16.167	3.093	5.180	57.058	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	14.360	1.115	113	148	15.736	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	94.782	2.278	90	1.168	98.318	88.353	3.500	343	1.033	93.229
Micros/Pequenas e Médias Empresas	51.164	20.498	9.520	6.814	87.996	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	17.566	4.048	1.657	87	23.358	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	238.522	72.569	25.998	20.603	357.692	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	66,6%	20,3%	7,3%	5,8%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	93.788	2.204	74	96.066	86.992	3.423	314	90.729
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	72.507	37.108	8.633	118.248	70.501	40.321	8.952	119.774
Cartão de Crédito	19.253	11.184	1.988	32.425	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	8.572	15.617	5.813	30.002	7.648	14.893	5.870	28.411
Veículos	30.545	9.583	817	40.945	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	14.137	724	15	14.876	12.092	600	14	12.706
Micro/Pequenas e Médias Empresas	50.379	18.884	6.675	75.938	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	16.405	3.802	1.520	21.727	13.048	4.120	816	17.984
Total	233.079	61.998	16.902	311.979	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	30/06/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	10.898	4.631	1.709	17.238	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	981	363	388	1.732	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.191	1.132	537	3.860	2.056	871	460	3.387
Veículos	7.266	2.949	719	10.934	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	460	187	65	712	447	137	41	625
Grandes Empresas	819	184	81	1.084	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.454	1.199	591	5.244	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	1.446	59	39	1.544	1.144	41	26	1.211
Total	16.617	6.073	2.420	25.110	17.573	5.687	2.164	25.424

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	122.526	114.746	209	6.855	33.633	3.093	281.062
Médio	-	10.751	-	4.045	26.897	23	41.716
Alto	-	115	-	297	269	-	681
Total	122.526	125.612	209	11.197	60.799	3.116	323.459
%	37,9%	38,8%	0,1%	3,5%	18,8%	1,0%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	30/06/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	61.277	137.267	11.433	9.917	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	398	1.000	23	16	635	1.607	88	70
Veículos	44.955	71.139	11.198	9.767	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	15.923	65.128	213	135	13.089	62.162	304	216
Mircros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	130.272	312.098	29.260	10.455	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	4.622	7.412	18.736	9.914	-	-	19.259	13.497
Total	196.171	456.777	59.429	30.286	183.135	384.537	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 102.092 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplimento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de alterações em vencimentos, modificação de cronograma e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 18.450 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30 de junho 2012 e 2011:

	01/04 a 30/06/2012	01/04 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Imóveis Não de Uso	-	2	1	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	16	8	25	17
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	1	1	3
Total	17	11	27	23

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN (conforme alterações posteriores), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de metodologias, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Além disso, a área executiva realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e informações, que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em carteira de negociação e carteira de não negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Novo Acordo de Basileia II e pelos normativos Resolução 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações destinadas a gestão ativa de riscos financeiros e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no

processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por políticas internas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da carteira de não negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações e choques das taxas de juros, *Value at Risk (VaR)* e *Earning at Risk (EaR)*; conforme estabelecido nas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das carteiras de negociação e de não negociação, utiliza-se o *Value at Risk (VaR)*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo sobre métricas.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo legal, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

Essa estrutura de controle de limites:

- Proporciona mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumenta a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornece mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evita a concentração de riscos.

Os limites são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado em Risco (*EaR - Earnings at Risk*): medida que quantifica o impacto no resultado a realizar de uma dada carteira, considerando condições normais de mercado, horizonte de tempo relacionado a operação mais longa da carteira de não negociação e um intervalo de confiança pré determinado.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation Risk*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.).

Visando ao aperfeiçoamento da qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, neste trimestre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetuou na tabela de VaR uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores de VaR Global Total. Os números apresentados nesta publicação referentes ao acumulado nos anos atual e anterior já refletem essa realocação dos fatores de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 278 milhões ou 0,35% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142 milhões ou 0,19%).

(em milhões de R\$)

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	30/06/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	154,8	71,8	328,5	190,8	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	22,8	17,1	32,0	24,8	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	28,4	10,4	53,9	17,0	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	114,1	14,8	325,0	229,6	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	26,0	13,6	43,5	17,7	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA International	1,9	0,7	5,1	1,6	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	2,8	1,7	4,5	2,4	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,9	4,1	9,6	6,1	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,2	0,3	2,5	1,7	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,2	0,4	0,2	0,6	0,2	1,7	0,2
Efeito de diversificação				(90,3)				(53,4)
Risco Global	277,8	118,0	601,4	401,5	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	30/06/2012						31/12/2011					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	246.744	139.907	82.147	213.109	73.153	755.060	236.921	142.241	90.272	221.692	54.704	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.422	3.650	3.167	2.642	-	24.881	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	62.251	35.394	-	-	-	97.645	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	73.909	-	-	-	-	73.909	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	22.975	6.808	15.557	63.244	17.028	125.612	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	209	-	-	-	-	209	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.458	4.456	6.169	17.508	25.208	60.799	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	33	119	133	2.831	3.116	87	-	33	242	2.743	3.105
Derivativos	1.976	3.274	1.686	3.560	701	11.197	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	62.544	86.292	55.449	126.022	27.385	357.692	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	163.650	61.112	52.920	224.535	51.050	553.267	167.707	69.188	47.978	220.434	51.515	556.822
Depósitos de Poupança	73.056	-	-	-	-	73.056	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	19.871	16.735	9.916	70.725	3.626	120.873	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	3.242	3.799	2.432	213	-	9.686	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	56.430	8.598	12.142	86.574	20.003	183.747	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	5.745	25.149	20.641	39.267	3.876	94.678	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	922	5.427	5.549	23.843	22.807	58.548	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	1.512	1.361	2.170	3.435	700	9.178	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	43	70	478	38	629	48	854	901	909	103	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.872	-	-	-	-	2.872	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	83.094	78.795	29.227	(11.426)	22.103	201.793	69.214	73.053	42.294	1.258	3.189	189.008
Diferença Acumulada	83.094	161.889	191.116	179.690	201.793		69.214	142.267	184.561	185.819	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	11,0%	21,4%	25,3%	23,8%	26,7%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

30/06/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	5.783	324	58	2.597	8.762
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	-	2.196	2.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.339	1.516	-	1.582	13.437
Aplicações em Mercado Aberto	843	-	-	90	933
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.439	630	-	291	5.360
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	209	-	-	209
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	44.708	85	-	3.745	48.538
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	563	-	-	-	563
Operações de Crédito, líquida	47.946	4.904	1	23.107	75.958
TOTAL DO ATIVO	114.621	7.668	59	33.608	155.956

30/06/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	44.793	1.963	389	24.417	71.562
Captações no Mercado Aberto	7.713	-	-	207	7.920
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	736	-	-	736
Recursos de Mercados Interbancários	24.368	809	1	2.420	27.598
Recursos de Mercados Institucionais	46.825	3.476	-	1.622	51.923
TOTAL DO PASSIVO	123.699	6.984	390	28.666	159.739

POSIÇÃO LIQUÍDA	(9.078)	684	(331)	4.942	(3.783)
------------------------	----------------	------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 06, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 06, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

Além disso, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos conforme as necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 446,2 bilhões (R\$ 448,1 bilhões 31/12/2011), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 30,2% do total, ou R\$ 134,8 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	127.530	234.975		127.686	242.638	
Recursos à Vista	31.361	31.361	7,0	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	73.056	73.056	16,4	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	19.871	120.872	27,1	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	3.242	9.686	2,2	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	2.876	54.296	12,2	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	3.659	113.159	25,4	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	779	43.746	9,8	60	39.715	8,9
Total	134.844	446.176		135.521	448.065	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades de caixa, posições bancadas das Aplicações no Mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 86,4 bilhões e representavam 64,1% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 19,4% do total de recursos e 15,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/06/2012	31/12/2011
	%	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	64,1	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	19,4	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,4	15,4

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/06/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVO (1)										
Disponibilidades	13.614	-	-	-	13.614	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	75.575	28.761	2.711	247	107.294	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	35.763	-	-	-	35.763	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	24.389	21.301	-	-	45.690	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.423	7.460	2.711	247	25.841	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	42.438	9.069	9.477	87.268	148.252	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	37.008	-	-	-	37.008	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	606	3.621	4.039	53.118	61.384	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	4.818	5.198	5.364	31.636	47.016	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	6	250	74	2.514	2.844	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.978	4.958	1.346	2.915	11.197	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	48.054	142.380	75.084	122.869	388.387	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
	181.659	185.168	88.618	213.299	668.744	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 73.909 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R\$ 11.432 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 23.723 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	30/06/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	121.839	39.166	23.677	78.850	263.532	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	31.361	-	-	-	31.361	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	73.056	-	-	-	73.056	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	13.915	32.809	23.592	78.746	149.062	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	3.507	6.357	85	104	10.053	647	1.171	198	107	2.123
Depósitos Compulsórios	(34.332)	(11.717)	(7.815)	(20.045)	(73.909)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(8.756)	-	-	-	(8.756)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(20.506)	-	-	-	(20.506)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(5.070)	(11.717)	(7.815)	(20.045)	(44.647)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	59.025	22.353	45.526	91.514	218.418	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.570	25.294	13.920	18.321	61.105	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.875	25.794	9.438	23.301	62.408	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	827	6.248	5.523	47.154	59.752	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.511	3.532	1.191	2.944	9.178	1.526	2.609	885	1.727	6.747
	156.315	110.670	91.460	242.039	600.484	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0,11% de concretização, de acordo com dados históricos. Em relação aos valores de referência (*notional*) (Nota 35.5).

NOTA 36 – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados.

A Associação será estruturada como um novo negócio do Itaú Unibanco e do BMG por meio da utilização de instituição financeira cuja denominação social será Banco Itaú BMG Consignado S.A. na qual Itaú Unibanco deterá o controle, por meio da participação de 70% (setenta por cento) no capital social total e votante, e BMG deterá os 30% (trinta por cento) remanescentes. O capital social inicial da instituição será de R\$ 1 (um) bilhão, a ser subscrito pelos acionistas na proporção acima referida. A conclusão da operação depende de aprovação do BACEN.